

Diário do Legislativo de 27/03/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 6ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada ao Lançamento da Campanha da Fraternidade 2007, com o Tema "Fraternidade e Amazônia" e o Lema "Vida e Missão neste Chão"

1.2 - 4ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 5ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/3/2007

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Padre João - Palavras do Deputado Dinis Pinheiro - Exibição de vídeo - Entrega de placas - Palavras do Bispo D. Joaquim Mol - Palavras do Pe. José Januário Moreira - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Dinis Pinheiro - Almir Paraca - Carlin Moura - Célio Moreira - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Eros Biondini - Padre João - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Revmo. Sr. Pe. José Januário Moreira, Vigário Episcopal para Ação Social e Política Arquidiocesana, representando o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, D. Walmor de Oliveira; o Exmo. e Revmo. Sr. D. Joaquim Mol, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte, representando o Presidente da Regional Leste 2 da CNBB, D. Célio de Oliveira Goulart; e os Exmos. Srs. Carlos Albérico Villar, Cônsul-Geral do Uruguai; e Deputados Dinis Pinheiro e Padre João, autores do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença da Exma. Sra. Luciana Vaz Venâncio, Vice-Presidente do Instituto Águas da Terra; do Exmo. Sr. Odair Santos Júnior, Assessor de Águas e Meio Ambiente da Presidência do Crea; dos Defensores Públicos presentes em número bastante expressivo nesta solenidade; e da Exma. Sra. Tânia Mara Rodrigues Araújo, Coordenadora Estadual do Ministério de Fé e Política da Renovação Carismática Católica.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião ao lançamento da Campanha da Fraternidade 2007, com o tema "Fraternidade e Amazônia" e o lema "Vida e Missão neste Chão".

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Padre João

Saúdo os Exmos. Srs. Deputado José Henrique, Presidente desta reunião; especialmente o Pe. José Januário Moreira, representando D. Walmor, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; honrado pastor, quase conterrâneo, D. Joaquim, Bispo Auxiliar, neste ato representando D. Célio de Oliveira Goulart, Presidente da Regional Leste 2 da CNBB; Carlos Albérico Villar, Cônsul-Geral do Uruguai; Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Casa, também autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; convidados: aos meus colegas Deputados e Deputadas, deixo uma saudação especial pela abertura da mente e do coração. Mesmo numa semana de extenso trabalho, estão aqui, mais uma vez, reafirmando o casamento da fé e da política, ou seja, devemos sempre expressar em todos os nossos atos e nossas ações a fé que professamos.

Permitam-me acolher especialmente os Defensores Públicos presentes neste ato. Sem eles não teremos paz e fraternidade. Os pobres só terão seus direitos assegurados por meio desse trabalho, que é tão valioso. Só assim conseguiremos construir essa fraternidade universal.

Sr. Presidente, nossa intenção, ao propor esta reunião especial no Plenário desta Casa, foi divulgar, conscientizar e refletir sobre o tema tão importante que é "Amazônia".

A Igreja, na sua sabedoria e guiada pelo Espírito Santo, vem alertando-nos, ao longo da história, para a necessidade de se preservar e cuidar da nossa grande morada, o planeta. Em 1979, a CNBB lançava a Campanha da Fraternidade com o tema "Por um Mundo Mais Irmão" e o lema "Preserve O Que É de Todos". No dia 22/3/93, a ONU criou o Dia Mundial da Água, medida importante que estamos comemorando em todo o Brasil e em nosso Estado, com o 6º Fórum das Águas.

Para a realização deste evento, contamos com o apoio do Crea e de tantas outras instituições que, no dia-a-dia, lutam com ações concretas, com um processo de conscientização e informação.

Em 2004, a Campanha da Fraternidade, mais uma vez, chamava-nos a atenção com o tema "Fraternidade e Água" e o lema "Água, Fonte de Vida".

Está aí a nossa grande responsabilidade: fonte de vida.

Neste ano, a Igreja no Brasil propõe o tema "Fraternidade e Amazônia". Percebemos assim, Sr. Presidente, Deputados e convidados, que a Igreja Católica do Brasil está sempre atenta às questões ambientais e chamando-nos para uma conversão autêntica.

Conversão é mudar as nossas atitudes, mudar os nossos hábitos. Que sejamos sempre respeitosos, que expressemos a fé que professamos: quem ama o Criador ama a criatura. Há uma incoerência quando desrespeitamos a criatura. Estamos desrespeitando o Criador, sobretudo quando essa criatura é a água, fonte de vida.

A Campanha da Fraternidade não se restringe aos católicos. Ela abrange todos os seres humanos em sua relação com a natureza. Converter significa mudar hábitos de vida e ter respeito pela obra da criação, percebendo que os bens da natureza são finitos e que todos têm o mesmo direito a eles. Não podemos ostentar o luxo de alguns às custas da destruição ambiental e da miséria de milhões de pessoas. É um contrassenso descabido e insano.

Sr. Presidente, nunca se noticiou tanto sobre problemas climáticos como agora. Se fossem só notícias, estava bom.

Mas o terço da Campanha da Fraternidade tem uma metodologia popular simples - ver, julgar e agir, em que o "ver" nos mostra uma realidade. Não pode despertar em nós só a preocupação, o discurso. É preciso termos ações concretas, desde a legislação até programas e experiências que expressem, de fato, o respeito e o nosso amor à natureza.

Já estamos sentindo na pele os efeitos nocivos de ações irresponsáveis ao longo da história. O que a Amazônia tem a ver com isso? Embora a Campanha da Fraternidade fale sobre uma região específica do Brasil, o que está em jogo é a sobrevivência do planeta. Já destruímos a mata atlântica, já acabamos com araucárias no Sul do País, já reviramos as entranhas de Minas em busca do ouro, destruímos a golpes de machado o pau-brasil, símbolo de nosso país. Já avançamos sobre os nossos cerrados e vemos as áreas de desertificação vindo em nossa direção.

E agora, Sr. Presidente, o que vamos fazer com a Amazônia? É a maior reserva de água doce do mundo, a maior floresta do mundo, a maior biodiversidade do planeta.

Ela é ainda a responsável pelo equilíbrio climático, hidrológico e atmosférico do globo terrestre, e está sob ameaça: desmatamento, queimadas, avanço de áreas de mineradoras, fronteiras extensas de monoculturas e pecuária, poluição dos rios, supressão de nascentes, além dos agrotóxicos, que deixam um rastro assombroso, colocando em risco a existência da humanidade.

Por isso, estamos aqui, com a Igreja do Brasil, para dizer que a Amazônia está aqui. É preciso conhecer a realidade, a riqueza e a importância da Amazônia para mudarmos nossos hábitos. Conter o consumismo, evitar os desperdícios e reciclar são atitudes simples, ao alcance de todos, e que ajudam a diminuir a pressão sobre os recursos da Amazônia. Conheço muitas pessoas da minha região que estão nas empresas desmatando, inclusive gente de Belo Horizonte e parentes.

Precisamos ainda superar conceitos de que o meio ambiente trava o crescimento. Respeitar o modo de vida, as culturas dos povos amazônicos e suas alternativas econômicas e sociais, que garantem a preservação desse importante bioma da humanidade. Parabéns à CNBB pela iniciativa da campanha, e vamos todos nós, cada um com seu gesto concreto, em cada lugar do Estado de Minas Gerais e do Brasil, defender e proteger a nossa própria vida: a Amazônia. O texto diz da metodologia do ver, julgar, confrontar a realidade com a legislação, com o Evangelho, para desdobrarmos em ações concretas em nosso dia-a-dia.

Para encerrar, o Apocalipse 22,2: "No meio da praça, em ambas as margens do rio, crescem árvores da vida frutificando 12 vezes por ano, produzindo cada mês o seu fruto, e suas folhas servem para curar a humanidade".

Nossa vida depende da Amazônia, da natureza. Nesta Casa, ao garantirmos políticas públicas e geração de emprego, podemos conter a imigração. No contexto da Escritura, fazemos um apelo à fé que professamos: quem ama de fato o Criador, se for coerente em palavras e ações, amará a criatura, sobretudo aquelas sem as quais não há vida: a água, a terra e as nossas matas. Muito obrigado a todos os presentes.

Palavras do Deputado Dinis Pinheiro

Exmo. Sr. 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado José Henrique, neste ato representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Revmo. Pe. José Januário Moreira, Vigário Episcopal para Ação Social e Política Arquidiocesana, representando o Revmo. D. Walmor de Oliveira, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; Revmo. D. Joaquim Mol, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte, representando o Revmo. Bispo D. Célio de Oliveira Goulart, Presidente da Regional Leste 2 da CNBB; Exmo. Sr. Carlos Albérico Villar, Cônsul-Geral do Uruguai; querido colega Deputado Padre João, autor desta iniciativa; nobres pares Deputados Almir Paraca, Célio Moreira, Carlin Moura, Eros Biondini; ilustre Vereador Anselmo; demais autoridades; senhoras e senhores, jovens e telespectadores da prestigiada TV Assembléia; o lançamento oficial pela CNBB da Campanha da Fraternidade 2007, na ilha de Combu, em Belém do Pará, lugar emblemático por sua natureza exuberante e absolutamente preservada, no último dia 21 de fevereiro, marcou um momento importante para a Igreja e para o Brasil. Este Parlamento, ao promover este ato, está unindo-se à Igreja do Brasil na luta pelo despertar das consciências para a necessidade de se promoverem ações afirmativas na defesa da região amazônica e dos demais ecossistemas do Brasil e do planeta. O relatório sobre o aquecimento global, recentemente publicado pela ONU, evidencia que o homem é capaz de destruir o único lugar conhecido onde pode morar fisicamente.

A Campanha da Fraternidade 2007 nos dá oportunidade de estabelecer novos parâmetros de relacionamento com a natureza. O Papa Paulo VI afirmou, no documento "Evangelii Nuntiandi", que "a Igreja procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e coletiva das pessoas, a atividade em que as pessoas se aplicam, a vida e o meio concreto que lhes são próprios". É a dimensão social do Evangelho. Aí se insere a Campanha da Fraternidade.

Neste ano, o tema da campanha é "Fraternidade e Amazônia", e o lema é "Vida e Missão neste Chão". D. Sinésio Bohn, Bispo de Santa Cruz do Sul, em brilhante artigo recentemente publicado, intitulado "Acorda Brasil", disse que, se a Amazônia é o pulmão da humanidade, destruir esse pulmão é uma ameaça à sobrevivência da humanidade. Se o Rio Amazonas, com seus afluentes, é a maior fonte de água doce do universo, destruir essa fonte é um passo largo para o suicídio coletivo da humanidade e para a destruição do planeta.

A Campanha da Fraternidade 2007 objetiva despertar a consciência do povo brasileiro para a urgência de proclamar o Evangelho aos povos da Amazônia, missão específica da Igreja, e visa a políticas públicas de preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável da Amazônia e à salvaguarda da soberania nacional sobre este imenso, rico, belo e cobiçado patrimônio do povo brasileiro. É missão de todos: da Igreja, dos mineiros, dos brasileiros e, de modo especial, do Estado.

A campanha deste ano convida cada brasileiro a olhar para seu próprio bioma, pois, assim, estaremos olhando para a Amazônia, a caatinga, o cerrado, o pantanal, a mata atlântica e os pampas. É uma grande e inestimável oportunidade que nos é oferecida, para refletirmos sobre a criação que Deus nos concedeu.

No lema da campanha, "Vida e Missão neste Chão", está implícito o compromisso de criar uma consciência ecológica no chão em que habitamos, no nosso jardim, na rua em que vivemos, na terra de nossa propriedade, em nossas casas e, principalmente, no seio de nossas famílias, lugar privilegiado para a evangelização de nossos filhos.

Essa é uma nova maneira de viver e caminhar, ter outros parâmetros, buscar efetivamente novos horizontes.

Somente com uma mudança profunda de mentalidade e, conseqüentemente, do agir, descobriremos como, pessoal, comunitária e socialmente, poderemos converter-nos para essa fraternidade que nos é anunciada.

Registro o término dessa minha modesta manifestação suplicando a Deus, nosso Pai celestial, que possa estar sempre presente, permanentemente guiando, permeando e abençoando todos os nossos passos. Muito Obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes para assistir ao vídeo "Conhecendo a Amazônia", produzido para a Campanha da Fraternidade 2007.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placas

O locutor - Neste instante o Deputado José Henrique, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Pe. José Januário Moreira e a D. Joaquim Mol de placas alusivas a esta homenagem, acompanhado dos autores do requerimento que deu origem a esta solenidade. As placas contêm os seguintes dizeres: "Amazônia e Fraternidade: Vida e Missão neste Chão", com essa proposta tão relevante, a Campanha da Fraternidade de 2007 convida todos os brasileiros a um efetivo exercício de solidariedade

para com os povos daquele vasto território e suscita iniciativas de valorização e defesa de sua riqueza cultural e ambiental. A Assembléia de Minas, em nome de todo o povo mineiro, presta seu apoio e sua homenagem à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - pela oportuna campanha."

- Procede-se à entrega das placas.

Palavras do Bispo Dom Joaquim Mol

Exmos. Srs. 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado José Henrique, representando, nesta solenidade, o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; caro irmão Januário, representante do nosso Arcebispo, D. Walmor de Oliveira - Pe. Januário, como já foi dito, é o Vigário Episcopal para Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte e tem, incansavelmente, desenvolvido esse trabalho de uma forma muito bonita e interessante nessa Igreja particular, nossa arquidiocese; Cônsul-Geral do Uruguai, Carlos Albérico Villar; autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, Deputado Dinis Pinheiro, a quem agradecemos pela delicadeza e sensibilidade de trazer para esta Assembléia a discussão e a reflexão sobre a Amazônia; Deputado Padre João, que também participa da autoria desse requerimento, irmão no presbiterato, caro amigo, quase conterrâneo, a quem agradeço de modo particular - somos de cidades vizinhas, e agradeço-lhe trazer à Assembléia de Minas esse assunto tão importante para discussão e aprofundamento; a Assembléia é um espaço de aprofundamento das questões e decisões mais importantes para o povo mineiro -; caríssimos Deputados presentes; senhores e senhoras, e todos que vieram para esta sessão, de grande importância para a Arquidiocese de Belo Horizonte, permitam-me chamar todos de irmãos, pois estamos empenhados na mesma missão, ao redor da temática da realidade amazônica, que parece estar tão distante de nós e, ao mesmo tempo, tão próxima. Sabemos que vivemos um momento de gravidade pela realidade que está a nossa frente. Todos somos comprometidos com a transformação dessa realidade. Sabemos também da gravidade que vivemos no contexto eclesial, que é a grande oportunidade que se apresenta para todos nós que formamos e somos a igreja de Jesus Cristo. Há o imperativo de uma resposta aos grandes desafios como discípulos do Senhor Jesus. Perdoem-me a informalidade, mas permitam-me dizer que estamos vivendo um momento muito grave e, por isso, todos estão tão sérios nesta sessão. Penso que, quando fixamos o olhar na mensagem de Jesus Cristo e na sua própria pessoa, com certeza a gravidade do momento apresenta-se de outra forma. Podemos abrir, dentro de nosso coração, a alegria, que nasce da esperança de termos um mundo melhor.

A Campanha da Fraternidade sobre a Amazônia é uma iniciativa da Igreja Católica no Brasil, que está organizada em regionais. Por isso estou aqui hoje representando o Presidente da Regional Leste 2, a maior do Brasil, que contém mais de 30 dioceses e comporta dois Estados de grande importância, Minas e Espírito Santo. Aqui represento D. Célio Goulart, Bispo de Cachoeiro do Itapemirim, que não pôde estar aqui, mas isso não quer dizer que não esteja sintonizado com o que está acontecendo, mesmo porque podemos chegar a muitos lares por meio da TV Assembléia, esse importantíssimo instrumento de comunicação.

A Igreja faz um chamado à vida e à missão no chão da Amazônia. Dois aspectos são cruciais nessa Campanha da Fraternidade: a Amazônia viva e a vida dos povos amazônicos. O contexto da Campanha da Fraternidade é o tempo litúrgico quaresmal, o intervalo de tempo qualificado pelo Espírito Santo, que vai da Quarta-Feira de Cinzas até a Semana Santa. Um tempo especial, dedicado à mudança, à transformação da própria vida e à conversão para Deus.

A Campanha da Fraternidade pretende dar a conhecer melhor a realidade da Amazônia, exercitar a solidariedade por um novo estilo de vida, estimulando um projeto de desenvolvimento que tenha a vida como centro.

O pano de fundo de toda essa reflexão é a questão ecológica. Ecologia é uma palavra que foi criada em 1866, por um biólogo alemão com o seguinte significado: é o estudo do interrelacionamento de todos os sistemas vivos e não vivos entre si e com seu meio ambiente. A ecologia tornou-se um discurso universal, quem sabe uma das maiores forças mobilizadoras do nosso tempo atual.

Hoje podemos falar de quatro grandes vertentes, quando nos referimos à ecologia. Assim, os especialistas nos ajudam a entender melhor também o que estamos propondo, como Igreja, nesta Campanha da Fraternidade. A primeira vertente é a que aparece logo de início, à primeira vista: é a vertente ambiental. Essa primeira vertente da questão e da campanha preocupa-se com o meio ambiente, para que ele não seja desfigurado, e a qualidade de vida seja garantida com a preservação das espécies em extinção. É um olhar sobre a natureza fora do ser humano e da sociedade, é a busca de tecnologias novas, menos poluentes, privilegiando soluções técnicas. A vertente ambiental da ecologia é importante porque corrige os excessos da voracidade dos projetos que implicam sempre custos ecológicos muito altos. Se não cuidarmos do planeta, da Amazônia, poderemos submeter o planeta e a Amazônia à destruição da biosfera e impossibilitar assim a vida.

Há outra vertente na Campanha da Fraternidade: vertente social. Podemos falar de uma ecologia social, que não pensa apenas o meio ambiente, mas deseja alcançar, como comumente se diz, o ambiente inteiro, que insere o ser humano e a sociedade dentro da natureza. Trata do embelezamento da cidade, com suas avenidas, praças ou praias, e prioriza o saneamento básico, a educação, a saúde decente. A injustiça social significa uma violência contra o ser mais complexo e singular da criação, que é o ser humano. Ele é parcela da natureza. O Brasil é o país mais injusto do mundo. A ecologia social exige um desenvolvimento sustentável, que atenda às carências humanas sem sacrificar o capital natural da Terra, pensando no hoje e no futuro. Não é fácil porque, no imaginário dos pais fundadores da sociedade moderna, o desenvolvimento se movia dentro de dois infinitos: o infinito dos recursos naturais e o infinito do desenvolvimento rumo ao futuro.

Foi uma pressuposição ilusória. Os recursos são finitos e estão esgotando-se, principalmente a água potável. Para exemplificar, se as famílias chinesas teimarem em querer os automóveis que as famílias americanas já possuem, a China se transformará num grande estacionamento: todos parados sem combustível. Enfim, o bem-estar tem de ser também sociocósmico, social e voltado para toda a natureza, pois, sem a vida cósmica, não vivemos.

Há uma terceira vertente na Campanha da Fraternidade deste ano, e vocês poderão notá-la com muita facilidade, por tudo aquilo que está sendo feito. Trata-se da vertente mental. É a terceira trilha da ecologia chamada pelos especialistas de ecologia profunda. A causa do déficit da Terra não reside apenas no tipo de sociedade que atualmente temos, mas também no tipo de mentalidade que vigora, incluindo a profundidade da vida psíquica humana consciente, inconsciente e pessoal.

Há no ser humano instintos de violência, vontade de dominação. Há sombras que nos afastam da benevolência em relação à vida e à natureza. Aí, dentro da mente humana, iniciam-se os mecanismos que nos levam a uma guerra. Vivemos numa cultura em que o ser humano está no centro; que o considera rei do universo. Os demais seres só têm sentido quando ordenados ao humano. O ser humano dispõe deles ao seu bel-prazer, tornando inexistente a solidariedade e desconhecendo que todos os seres são interdependentes e vivem dentro de uma teia muito complexa de relações. A moderna cosmologia ensina-nos que tudo tem a ver com tudo em todos os momentos e em todas as circunstâncias. Precisamos pensar numa comunidade humana e cósmica que integra todos os elementos.

Há um teólogo muito interessante da tradição protestante, Jürgen Moltmann, que diz que a grande glória de Deus é o dia do descanso, porque todas as coisas e criaturas se harmonizam. Bonito o seu pensamento. Nesse exato ponto, poderemos nos abrir ao sagrado. O sagrado impõe limites à manipulação do mundo, pois ele dá origem à veneração e ao respeito, fundamentais para a conservação da vida. Cria a capacidade de religar - daí a palavra religião -, todas as coisas são religadas à sua fonte criadora, que é o Criador e o Ordenador do universo, Deus. As religiões hoje precisam recuperar, por sua vez, sua identidade de religadoras das criaturas a Deus.

A última vertente é a integral. Finalmente falamos dessa última etapa: a ecologia integral. Uma visão nova que, como os astronautas, faz-nos ver a Terra de fora da Terra. De onde se vê o planeta resplandecente de luz azul e branca, como um ponto luminoso na palma da mão. Um lugar do qual se vislumbra a vida do planeta e a vida humana como uma única realidade. É como se o ser humano fosse a própria terra enquanto sente, pensa, ama, chora e venera. A comunhão das criaturas diante da beleza do Criador. O universo, pois, como um todo, possui uma profundidade espiritual interligando todas as coisas, fazendo com que o universo seja realmente "uni-verso", uma totalidade viva, dinâmica, diversa, tensa e harmônica, um cosmos, e não um caos.

A ecologia integral é a visão holística do mundo: não é a soma das partes, mas a captação da totalidade viva, uma e diversa em suas partes. Nesta cosmovisão, o ser humano é um ser que pode captar todas essas dimensões, alegrar-se com elas, louvar e agradecer àquela inteligência que tudo ordena e àquele amor que tudo move, sentir-se um ser ético, responsável pela parte do universo que lhe cabe habitar. Isso exige uma nova civilização, um novo coração, que só se adquire pela conversão a Deus.

Precisamos fazer as pazes com a Amazônia, e não apenas dar uma trégua. Cumpre refazeremos uma aliança, uma campanha de fraternidade, imbuídos do espírito que tudo penetra e daquele amor que move céus e terra.

É necessário abraçar a campanha pela Amazônia e pelos povos da Amazônia, pois Jesus Cristo veio para que todos tenham vida, e vida em abundância. Poderíamos dizer em sintonia e comunhão com a Campanha da Fraternidade: Jesus Cristo aqui veio para que todos tenham vida, e vida 'amazônica'. Muito obrigado.

Palavras do Padre José Januário Moreira

Exmo. Sr. 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado José Henrique, neste ato representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Bispo Auxiliar de Belo Horizonte, D. Joaquim Mol; o Ministério, representando D. Célio de Oliveira Goulart, Presidente da Regional Leste 2 da CNBB; Exmo. Sr. Carlos Albérico Villar, Cônsul-Geral do Uruguai, que prestigia este momento; Exmo. Srs. Deputados Dinis Pinheiro e Padre João, autores do requerimento que deu origem a esta solenidade; Srs. Deputados; autoridades presentes; senhores e senhoras, faço uma saudação especial aos representantes da luta da Defensoria Pública, aqueles que trabalham com os pobres e que, hoje, à tarde, visitaram o Vicariato para a Ação Social e Política, e que atuam junto à Pastoral Carcerária e Direitos Humanos.

Para mim, é uma alegria muito grande estar aqui, nesta Casa, representando o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, D. Walmor Oliveira de Azevedo, quando desta Campanha da Fraternidade, que envolve todos nós. É uma campanha que teve e está tendo um empenho especial na Arquidiocese de Belo Horizonte e no Vicariato para a Ação Social e Política, na dinamização dessa temática que nos convoca, de modo tão concreto, com a temática da Amazônia.

A CNBB deseja suscitar na sociedade brasileira uma discussão ampla sobre a Amazônia, no horizonte das exigências éticas, da justiça, do respeito à vida, da solidariedade e da fraternidade.

Queremos, justamente, enquanto Arquidiocese de Belo Horizonte, fomentar essa reflexão com os pés no chão, atentos a nossa realidade e com a atenção especialmente voltada para a Amazônia, que é o coração da campanha, que acontece de modo especial na Quaresma, mas que vai se prolongar - além deste ano, gerando um despertar com conseqüências concretas.

O objetivo geral dessa campanha, antes de tudo, é cuidar da vida. Na discussão com as pastorais, colocamos como nosso empenho, colocar a Amazônia no centro de nossa atenção fraterna, o que significa aceitar o desafio de questionar, surpreender e envolver, numa maneira diferente de enxergar a natureza, o nosso relacionamento com ela e com as populações que ocupam aquelas terras num respeito profundo a sua cultura. As questões amazônicas têm muito a dizer a todos nós: a proteção da terra e da natureza, o direito dos pequenos, a justiça sem corrupção, a preservação das culturas, a superação da idolatria do capital, a partilha sensata das conquistas da humanidade, a vida como valor fundamental. Tudo isso deve ser vivido em todo lugar, porque essas são exigências básicas do projeto de Deus para todo ser humano. Contemplar a criação, vendo nela a ação amorosa do Pai, convoca-nos a crer que tudo foi feito para todos, que a grande conquista não é acumular, mas é ser capaz de crescer, produzindo e partilhando frutos na construção da justiça do Reino de Deus. A Arquidiocese de Belo Horizonte decidiu por algumas ações concretas. São elas:

- 1 - Criar, nas paróquias e comunidades e nos diversos espaços em que atuamos, a divulgação da realidade da Amazônia, dando a conhecer as mais variadas expressões de cultura e saberes regionais: história, lutas e conquistas, música, lendas, desafios, poesias, culinária, plantas medicinais, folclore, tudo que envolve a realidade da Amazônia, para que faça parte da nossa vida.
- 2 - Promover seminários, simpósios, fóruns de debates e estudos sobre os grandes desafios da realidade da Amazônia.
- 3 - Conhecer, criticar e apoiar o trabalho solidário de muitas ONGs e das pastorais sociais que ajudam a compreender melhor a realidade amazônica.
- 4 - Incentivar a inserção da temática da Amazônia como eixo transversal do trabalho de planejamento escolar. Nestes dias, me encontrei com 12 escolas municipais e estaduais que estão trabalhando, com interdisciplinaridade, a temática da Amazônia em diversas disciplinas.
- 5 - Apoiar as iniciativas missionárias das dioceses e paróquias da região amazônica.

A Diocese de Belo Horizonte tem como irmã a Prelazia de Cametá, que está no Pará, coração da Amazônia. Iremos empenhar-nos em atividades nessa área.

Direcionaremos nossa ação na Campanha da Fraternidade para atividades que destaquem a presença da Igreja em Cametá, além de fortalecer a participação popular no exercício das políticas públicas, aumentando nossa atuação em conselhos e atividades diversas, diante dessa temática e da conseqüência que a realidade da Amazônia tem em nossa vida.

A Arquidiocese de Belo Horizonte saúda esta Casa, que nos permite trazer essa realidade, de maneira concreta, para todo o Estado de Minas Gerais, em consonância com esse lançamento da Igreja do Brasil. Manifestamos nosso compromisso e empenho em atuar e fazer acontecer a Campanha da Fraternidade entre nós. Sempre digo que, apesar de toda a dinâmica da realidade da Campanha da Fraternidade, ainda questiono o fato de nós, cristãos católicos, fazermos Campanha da Fraternidade. Isso é sinal de que ainda estamos distantes da realidade que o Evangelho nos provoca. Fazemos Campanha da Fraternidade porque precisamos ser mais fraternos, justos e coerentes com o Evangelho. Que essa temática da Amazônia nos desafie a ser verdadeiramente fraternos e solidários na construção de uma realidade melhor para todos, sem exclusão. Destaco a realidade da Amazônia como nossa, de todos nós, mineiros católicos da Arquidiocese de Belo Horizonte. Minha gratidão a todos, em nome do nosso Arcebispo D. Walmor Oliveira de Azevedo.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o grupo musical Amazônia Verde Escola, que, sob a coordenação de Roberto Lages, apresentará as músicas "Riacho Doce", de Marcelo Ribeiro, e "Amazônia", de Roberto Lages.

- Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Roberto Márcio Lages - Obrigado pelo convite. Nosso grupo começou um trabalho há 15 anos, no Amazonas, com a comunidade Apurinã, que estava perdendo seus costumes por dificuldades, entrando nas matas e matando bichos para vender a carne. Então, realmente, essa comunidade indígena, morando em Boca do Acre, no Rio Purus, interior do Amazonas, estava numa situação muito ruim.

Comecei um trabalho de pesquisa de sementes, por meio do qual fomos criando máquinas para executar esse material. Hoje isso não somente melhorou as condições dessa comunidade, mas também é fonte de renda para muita gente na Amazônia. Sei que não sou. Esta mesma força que me traz aqui, que é o nosso Pai e Deus em mim, une não somente a nós neste momento, mas também muitas outras pessoas boas. Obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Revmo. Sr. Pe. José Januário Moreira, Vigário Episcopal para Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, representando D. Walmor de Oliveira, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; Exmo. e Revmo. Sr. D. Joaquim Mol, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte, representando o Bispo D. Célio de Oliveira Goulart, Presidente do Regional Leste 2 da CNBB; Exmo. Sr. Carlos Albérico Villar, Cônsul-Geral do Uruguai; Deputados Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Casa, e Padre João, autores do requerimento que deu origem a esta solenidade: "Queridos pais, a Amazônia, berço acolhedor de tanta vida, seja também o chão da partilha fraterna, pátria solidária de povos e culturas, casa de muitos irmãos e irmãs". Essas palavras fazem parte da oração da Campanha da Fraternidade deste ano e resumem a preocupação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com a sobrevivência, no futuro imediato, das diversas formas de vida na Amazônia.

A adesão desta Assembléia à causa que concilia Amazônia e fraternidade configura um compromisso maior, que, em última instância, é o compromisso com a humanidade e a sobrevivência das futuras gerações.

Se, geograficamente, Minas Gerais parece afastada da região amazônica, nossos cidadãos não estão imunes às conseqüências das mudanças climáticas provocadas pela devastação da área florestal. Essa é uma das muitas razões pelas quais os recentes relatórios científicos sobre o processo de aquecimento global merecem um conjunto de ações rápidas para que ele seja revertido ou amenizado o máximo possível.

A preservação da vida no complexo ecossistema tropical se torna, mais do que nunca, responsabilidade de cada um de nós. Além disso, o foco na fraternidade, tema há décadas dessa campanha desenvolvida na quaresma e sempre apoiada por esta Casa, traz à tona a premente necessidade do respeito aos direitos e à dignidade do próximo.

É fundamento de toda política pública uma base ética e justa, estruturada na noção de paz social. Portanto, cabe à Igreja e aos parlamentos, empenhados nos princípios e valores que tornam melhor a sociedade, a linha de frente das reflexões e das ações que promovem a luta contra as discriminações, os conflitos e a violência.

Hoje a Amazônia é centro da atenção mundial, não só pela paulatina destruição dos recursos naturais, mas também por problemas de ordem cultural e econômica. Tais questões envolvem igualmente os indígenas e as populações ribeirinhas tradicionais, além dos habitantes das áreas metropolitanas em rápido crescimento, com sua realidade de pobreza, desemprego e degradação de costumes, em meio a deficiências de moradia ou de saneamento básico.

Outro fator que nos preocupa é a violência presente na ocupação da terra, que tem provocado constantes vítimas. Entre elas, avultam os sacrifícios do líder seringueiro Chico Mendes e, mais recentemente, da missionária Dorothy Stang. Ambos pagaram, despropositadamente, com a própria vida sua dedicação à causa da solidariedade social.

Já não podemos descuidar da tarefa comum de defesa da vida, ameaçada não só pela posse e pela exploração da terra e de suas riquezas. Toda a população da Amazônia merece ser respeitada, bem como a própria floresta, com o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, das águas e do subsolo. A bandeira da Amazônia, que a Igreja brasileira corajosamente levanta, representa não apenas a fé na obra divina da criação, mas ainda a defesa da fruição dos bens deste mundo por todos os seres humanos.

Lembremos, então, a mensagem de Sua Santidade o Papa Bento XVI, na abertura dessa campanha, invocando a proteção do Senhor para o Brasil e a Amazônia, em nome da paz, da prosperidade e da fraternidade.

Que os sentimentos de cooperação germinem entre nós, em nome da vida, da Amazônia e do futuro do País e do Planeta Terra. Muito obrigado!

Agradecemos a todos os presentes nesta noite.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 23, às 9, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/3/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.151/2003; discursos dos Deputados Lafayette de Andrada e Padre João; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pindaça Ferreira - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Carlos Pimenta, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.151/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2002. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Wander Borges (em aparte)* - Mudou a regra no meio do caminho, e é de suma importância ressaltar que não só no governo do Estado. Pobres Prefeitos aqueles que, no ano de 2000, chegaram ao Executivo com despesas, às vezes até débito, no valor do próprio orçamento projetado para aquele ano, e que teriam, ao longo de quatro anos, que equilibrar as suas contas fiscais e as suas metas. Quando se vêem os números... O número é uma frieza imensa. Ele não transmite a sensibilidade do dia-a-dia do Poder Executivo.

O Deputado Lafayette de Andrada - Do momento histórico em que ele está vivendo.

O Deputado Wander Borges (em aparte)* - E sobretudo do momento histórico que V. Exa. apresentou. Ainda faltou a questão do risco Brasil, que aumentou sobremaneira por causa das eleições.

O Deputado Lafayette de Andrada - Disparou, naquele ano.

O Deputado Wander Borges (em aparte)* - Este, que vos fala, e deixo creditado, não há de falar de aprovação de conta com ressalva. Porque um governo que entra não faz uma dívida - é simplesmente pela correção monetária que é indexado o IGP-DI, puxado pelos outros índices e balizado no dólar...

O Deputado Lafayette de Andrada - Em um ano cresceu cinco bilhões.

O Deputado Wander Borges (em aparte)* - ... aumenta cinco bilhões, não há de se falar em ressalva.

Concordo com V. Exa. e parabeno-o pelo brilhante relatório. O Deputado Sebastião Helvécio tem feito um estudo que nos dá condição de avaliar na plenitude para podermos votar com tranquilidade. Muito obrigado.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prezados espectadores da TV Assembléia, estamos aqui para discutir a prestação de contas do governo Itamar referente ao ano de 2002. O Tribunal de Contas do Estado, em seu parecer técnico, encaminhou a esta Casa o seu parecer favorável à aprovação, com ressalvas. É um parecer puramente técnico, de caráter opinativo.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, após analisar as contas, encaminhou ao Plenário um parecer final pela aprovação integral. Antes de fazer as considerações sobre as contas propriamente ditas, farei três considerações importantíssimas.

Quanto às contas analisadas, o parecer técnico do Tribunal de Contas e o parecer técnico da Comissão de Fiscalização Financeira são puramente numéricos. São pareceres contábeis, que levam em consideração o rigor da lei e os números, fazendo uma comparação. O parecer técnico do Tribunal de Contas e o da nossa Comissão de Fiscalização Financeira não consideram o momento histórico, a conjuntura em que ocorreu o desenvolvimento dessas contas.

Estamos falando das contas relativas ao ano de 2002. É preciso regredirmos no tempo e trazermos à memória o que ocorreu no ano de 2002. Foi o ano da primeira eleição do Presidente Lula. Nesse ano, em que as pesquisas davam uma dianteira folgada do então candidato Lula, todos os indicadores econômicos se abalaram pela insegurança do que ocorreria com o novo governo. O Presidente Lula tinha uma vida pregressa de líder sindical e pregava a moratória, o não-pagamento da dívida externa e a reforma agrária. Ele era contra os banqueiros. De repente, as pesquisas indicavam que esse homem tinha tudo para vencer as eleições, como, de fato, veio a ocorrer. O mercado se abalou, e o dólar, que

estava em torno de R\$2,00, passou para quase R\$4,00. Os indicadores financeiros de correção monetária, como o IGP-DI e o IGP-M, que acompanham e levam em consideração fortemente o dólar, subiram. Esse momento da economia nacional era instável. Nesse contexto, temos as contas do Governador Itamar Franco, em Minas Gerais, no ano de 2002.

A segunda consideração que gostaria de fazer é que o parecer técnico do Tribunal de Contas e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária leva em conta dispositivos constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei foi sancionada no ano de 2000, portanto no meio do governo Itamar Franco, ou seja, ocorreu uma mudança nas regras do jogo, com a partida em andamento. Isso causou imensas dificuldades para o governante adequar as suas metas à lei recentemente aprovada.

A terceira consideração é a seguinte: o parecer técnico não levou em consideração que, desde o princípio da República até depois do Plano Real, em 1995, todas as contas de todos os governantes estaduais de todos os Estados da Federação eram fechadas com déficit financeiro, incluindo Minas Gerais e o próprio governo Aécio Neves, que, somente em 2005, conseguiu zerar o déficit e gastar de acordo com o que arrecadava. Os anos de 2005 e 2006 foram uma exceção, considerando-se toda a história nacional. E o governo Itamar Franco estava inserido nesse contexto, pois nele ocorreu também um déficit financeiro.

Analisando essa conjuntura, observaremos os principais itens que o relator à época, Deputado Sebastião Helvécio, em seu relatório na Comissão de Fiscalização Financeira, apontou como várias irregularidades ou vários descumprimentos das contas do governo. O governo não conseguiu cumprir várias metas que deveriam ser cumpridas.

O Orçamento Fiscal de 2002 previa uma arrecadação e uma despesa de R\$19.000.000.000,00. A receita efetivamente arrecadada foi de R\$17.000.000.000,00. A despesa fiscal do exercício de 2002 foi de R\$18.000.000.000,00. Ocorreu um déficit de R\$940.000.000,00. A dívida pública, denominada dívida fundada, acumulada nesse ano, era de R\$34.000.000.000,00. Em virtude do efeito Lula, a dívida cresceu, em 2002, R\$5.000.000.000,00, sem que o governo tomasse um centavo emprestado. O governo não contraiu nenhum empréstimo, mas, em virtude de os indicadores estarem explodindo por causa do dólar e do efeito Lula, a dívida cresceu nesse valor. Essa é a realidade, pois a dívida é corrigida pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, que é constituído por três índices: o Índice de Preço no Atacado - IPA -, o Índice de Preço ao Consumidor - IPC - e o INCC, que leva em conta a construção civil.

O Índice de Preço no Atacado - IPA - é 60% do IGP-DI e é fortemente influenciado pelo dólar, porque trabalha com importação, com atacado de modo geral. O dólar, naquele ano, subiu de R\$2,13 para R\$4,03. A dívida cresceu por causa do efeito Lula. O relator apontou que a relação da dívida com a receita corrente líquida, de acordo com a normatização do Senado Federal, deveria cair, mas subiu. Em 2001, a relação era de 2,35; em 2002, foi para 2,86. Ela cresceu, quando a meta era que diminuísse. Por causa de todos esses distúrbios que houve nesse ano, a relação aumentou, como não podia ser diferente. O superávit primário do governo foi de R\$448.000.000,00. Apesar de todo o desequilíbrio das contas nacionais, o governo de Minas ainda conseguiu um superávit primário de quase R\$450.000.000,00, que não foi suficiente para atender às metas impostas pelo Decreto nº 42, de março daquele ano.

Em relação aos dispositivos constitucionais, que são aquelas metas que o governo precisa atingir, o relator anotou que, no quesito da educação, o governo gastou R\$3.000.000.000,00. Ou seja, 31,8%, quando a meta era 25%. Portanto gastou 6,8% a mais do que o mínimo exigido pela Constituição Federal. A própria Constituição define que, dos gastos com a educação, 60% têm de ser destinados ao ensino fundamental. No caso de Minas Gerais, os gastos foram de R\$1.000.000.000,00, portanto 1% acima do mínimo exigido. No quesito educação, o governo executou plenamente os índices constitucionais necessários. Porém, no quesito saúde, o relator anotou que, de acordo com a Emenda nº 29, a obrigação, em 2002, era que o governo do Estado gastasse 9,5% com a saúde. Ocorre que a Emenda nº 29, que é a que define os gastos com a saúde, ainda não foi regulamentada e não traz, no seu bojo, o que efetivamente pode ser considerado gastos com saúde. Ela fala que era preciso gastar 9,5% naquele ano com saúde. Mas o que são os gastos com saúde? Saneamento é gasto com saúde, pagamento de servidores da saúde são gastos com saúde? Não sei, a emenda não fala. Fica uma discussão que não tem fim. Não sabemos o que pode ser considerado gasto com saúde ou não. O relator apontou que não foi gasto o que era necessário com a saúde, mas não fixou os critérios. Portanto o quesito saúde não pode ser apontado por ninguém como um quesito descumprido por aquele governo, uma vez que não há legislação que determina o que é considerado gasto com saúde ou não. O relator apontou que não foi feito o gasto com a Fapemig, imposto pela Constituição Mineira, de que 1% da receita corrente ordinária deveria ser gasto com pesquisa pela Fapemig. O governo gastou 0,17%. Ora, é preciso fazer uma reflexão. Como vimos, falei que o governo fechou as suas contas com um déficit de quase R\$1.000.000.000,00. Se ele teve um déficit, significa dizer que ele não teve dinheiro para gastar com tudo o que precisava. O cobertor é curto: cobre o ombro e descobre a canela.

Alguém tinha de sair prejudicado; algum gasto necessário teria de não ser feito. Aí, a opção do governo foi promover cortes no investimento da Fapemig e, em vez de 1%, gastou 0,17%.

Da mesma forma, o ilustre Deputado Sebastião Helvécio, relator, apontou aqui que não foram promovidos os gastos com despesa de pessoal, cumprindo a LRF. Utilizando a metodologia da Portaria nº 516, do Senado Federal, o governo gastou 72% da sua receita com despesa de pessoal, quando não poderia gastar mais do que 45%. Ocorre que - aí, é importante frisar - a Portaria nº 516, do Senado Federal, foi publicada em 14/10/2002. Estamos analisando o fechamento das contas de 2002. Ela normatizou como deveriam ser os gastos com pessoal somente em outubro de 2002. Como o governo, no final de outubro, faltando apenas novembro e dezembro, poderia adequar todas as contas públicas daquele ano do seu governo, atendendo ao dispositivo da norma do Senado Federal que foi editada em outubro? Isso é impossível. Como justificativa - pois até outubro não havia a regulamentação pelo Senado Federal -, o governo mineiro do então Governador Itamar Franco utilizou a metodologia do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. De acordo com a metodologia desse Tribunal, os gastos do governo foram de 44%, atendendo, portanto, ao que dispõem a Constituição da República e a LRF.

Logo, no quesito sobre despesa com pessoal, o governo atingiu plenamente as metas necessárias e legais, e não pode ser criticado por isso, ao contrário do que está no relatório, que considerou, única e exclusivamente, a portaria do Senado Federal.

Finalmente, Sr. Presidente, apenas como uma reflexão geral, gostaria de dizer que, desde o princípio da República - aliás, estamos falando aqui de 2002 -, o Brasil conviveu com a inflação, seja em períodos maiores ou menores, seja inflação menor ou galopante. No final do ano, a inflação sempre atingia índices altíssimos. E os Orçamentos - aí, é onde quero chegar - da República, dos Estados e dos Municípios eram pura peça de ficção. Não havia como, no ano anterior, o Parlamento votar o Orçamento para o ano seguinte sem saber os índices da inflação. Em um mês, a inflação era 15%; em outro, 22%; e, em outro, 19%. Em determinado momento na história, houve mês que chegou a 60%. Na nossa juventude, cansamos de ouvir que o Orçamento é pura peça de ficção. Realmente era, porque não tínhamos uma moeda estável e a inflação era imprevisível. Portanto o Orçamento era uma peça que não tinha consideração, nenhum valor.

Aí, sim, a partir de 1995, quando o real entrou em vigor, passamos a ter uma moeda estável, e era possível uma peça orçamentária para, no ano seguinte, considerarmos as despesas e a arrecadação efetivas. A partir daí, começou o esforço dos Estados e da União com o intuito de adequar as despesas à receita, até que, em 2005, conseguimos o déficit zero em Minas Gerais.

Mas, até então, era pura peça de ficção. O governo Itamar Franco, em seus quatro anos de governo no Estado de Minas, nos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002, estava no período que chamarei de período de adequação, de transição. Vivíamos com uma inflação galopante e passamos a viver com o mundo real. Tínhamos que adequar uma história de 100 anos a uma realidade atual. Foi um período de transição. Se verificarmos os números relativos ao ano de 2002, veremos que eles foram muito melhores, muito mais eficientes, muito mais próximos da

adequação ao que a lei exige do que nos anos anteriores.

Naquela época, naquele ano, se quiséssemos exigir do governo do Estado de Minas Gerais, assim como do governo da União ou de qualquer outro Estado, que cumprisse as metas da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado iria parar. É para cumprir a meta? Vamos fechar hospital, fechar escolas, não vamos comprar remédio, não vamos pagar funcionários. Assim cumprimos a meta, mas o Estado pára. E isso não pode acontecer. É preciso adequar a realidade àquilo que a lei exige. Mas é preciso adequar paulatinamente, não há como fazer isso da noite para o dia.

O Deputado Lafayette de Andrada - Agradeço o aparte de V. Exa., trazendo contribuição importante.

Para concluir, Sr. Presidente, faço a seguinte reflexão:

O governo Itamar Franco, em Minas Gerais, viveu um momento de transição. Ele não pode ser penalizado por uma lei que aconteceu no meio de seu governo. É um momento de transição das contas nacionais, da vida das finanças públicas do País. Não se pode alterar a regra do jogo no meio do caminho.

A segunda consideração que desejo fazer, ou melhor, voltar a falar sobre ela, diz respeito ao relatório técnico, que não considera a conjuntura.

Eventualmente, criticamos a imprensa, mas, muitas vezes, isso acontece. É como se pinçassem uma frase do contexto. Quando se pinça uma frase, a frase é esta, mas, se olharmos o contexto em que ela foi dita, o significado será outro. O mesmo acontece com as contas. O relatório que está aqui, na nossa frente, é puramente numérico; é um relatório que deve ser considerado dentro do contexto histórico, para saber quais foram as implicações daquele momento nas finanças públicas, que é o que foi aqui relatado.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de considerar a figura do Presidente Itamar Franco, que é um nome de Minas Gerais. É um homem que foi Presidente da República e que tem uma trajetória de vida consagrada. Não há por que nós, deste Parlamento, por causa de firulas, de pequenas nuances da legislação, que foi alterada no meio de seu governo, votarmos as suas contas aprovando-as com ressalvas, pois aprovadas elas serão. Não há nenhuma dúvida quanto a isso, e também não há que ter ressalvas. As ressalvas estão todas perdoadas em função daquele momento em que ele viveu.

Desse modo, Sr. Presidente, a fim de encaminhar a votação, peço a todo este Parlamento, aos Deputados que compõem esta Casa que façam essa reflexão sobre o momento histórico em que os fatos aconteceram e sobre a figura do ex-Presidente Itamar Franco, para que V. Exas. votem com a tranqüilidade de quem está fazendo justiça, a favor da aprovação integral das contas do Governador Itamar Franco, referentes ao ano de 2002.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, caros cidadãos e cidadãs, telespectadores, na verdade, Sr. Presidente, ao discutir aqui o Projeto de Resolução nº 1.151/2003, gostaríamos de aprofundar essa reflexão sobre o papel do Tribunal de Contas, para saber qual a legalidade das decisões do Tribunal nos últimos anos. Portanto, esse projeto de resolução tanto quanto o outro, de nº 1.897, não possuem, na nossa avaliação, os pressupostos exigidos por lei, ou seja, não vêm acompanhados do parecer do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas, deixando de cumprir suas atribuições constitucionais.

Às vezes, num projeto de lei de utilidade pública, uma coisa simples faz com que haja uma recomendação para que sua tramitação seja interrompida. Às vezes, isso poderia ser anexado, simplesmente. Se há um relatório contrário, não há o entendimento necessário para que aquele documento seja aprovado. Isso retrata, de certa forma, um respeito para com os técnicos.

Deputado Almir Paraca, companheiro, o Tribunal de Contas é um instrumento com muitos funcionários, técnicos, auditores, pessoas com formação específica, contadores, que apresentam as conclusões de seus estudos. É expressa a seriedade do profissional, as conclusões com ressalvas em alguns pontos. Se os próprios Conselheiros tivessem a sabedoria para avaliar a natureza desse instrumento, buscariam a moralização do uso do dinheiro público. Se houvesse coerência, em primeiro lugar, deveriam respeitar as orientações de meses e até de anos de trabalho dos servidores. Esta própria Casa deu importância ao Tribunal, compreendendo que ele deve auxiliá-la. Pelo menos, era assim quando foi criado, para auxiliar o Legislativo em todos os níveis. Mas, na gênese, já encontramos muitos vícios. Na composição do Tribunal de Contas, vemos que a maioria é indicada por esta Casa. Ele tem de olhar também as contas do Legislativo.

Denunciamos e pedimos a consideração dos membros da Mesa em relação à ausência do Ministério Público especializado no Tribunal de Contas. Isso é fundamental. Estamos falando da validade, portanto, da nulidade de todos esses pareceres. O Ministério Público não esteve presente. No relatório, disse que a Assembléia teve consciência do Tribunal de Contas como instrumento, por isso criou uma comissão especial. Tivemos, aqui nesta Casa, uma comissão especial do Tribunal de Contas. Quero ler, na íntegra, o que diz o nº 3, que fala sobre o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Deputado Lafayette Andrada, parte do prefácio foi feita pelo Conselheiro Antônio Carlos Andrada.

Assim está dito: "Prevê a Constituição Estadual que o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é exercido por Procuradores de Justiça integrantes do Ministério Público Estadual. Compete ao Ministério Público promover a defesa da ordem jurídica, e, entre suas atribuições, consta a execução dos julgamentos do Tribunal, adotando as providências necessárias ao seu cumprimento.

A Constituição mineira - portanto, desde 1989 - não reconheceu a existência de um Ministério Público Especial, especializado em temas ligados à fiscalização de contas públicas. Tal impropriedade foi objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade - a Adin nº 2.068-4 -, requerida pelo Procurador-Geral da República. Julgada em 3 de abril do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade de parte do art. 124 da Carta mineira. Em seu voto, o Ministro Sidney Sanches atenta para a natureza "sui generis" do Ministério Público que atua perante o Tribunal de Contas, cuja função é alheia à tipicamente constitucional".

Continuando a leitura do relatório da Comissão Especial: "A inércia do Tribunal de Contas em adaptar-se a tal decisão tem deixado uma lacuna em sua organização e em seu funcionamento, o que tem contribuído para dificultar o cumprimento das atribuições constitucionais do Tribunal".

E assim, de acordo com o Dr. Rosalvo Mendes, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: "A instalação do Ministério Público Especial representará um avanço, pois os Procuradores que atuarão no Tribunal terão de ser profissionais com conhecimento especial na área de fiscalização financeira e orçamentária". Repito: Os Procuradores que atuarão no Tribunal terão de ser profissionais com conhecimento especial na área de fiscalização financeira e orçamentária. Ainda não tivemos essas pessoas atuando junto ao Tribunal de Contas.

Também no próprio relatório da Comissão Especial do Tribunal de Contas desta Casa, que gastou dinheiro público para realizar várias audiências, está dito à página 19: "Quanto ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, precisamente neste momento o Tribunal de Contas vive" - isso em 2003 - "uma situação peculiar, pois desde 3 de abril o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a forma como está estruturado o Ministério Público junto àquela Casa.

Assim, é urgente a necessidade de implantação do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas."

Há uma decisão que deve ser respeitada. Quando esta Casa a atropela ou a ignora, todos estamos sendo cúmplices, Deputado Alencar da Silva Jr. Se V. Exa. votar, independentemente de quem seja o Governador, pois não estou discutindo aqui quem o era na época, não estou entrando nesse mérito, será cúmplice.

Houve num determinado tempo - depois quero trabalhar isso melhor - a cessão de alguns Procuradores ligados diretamente ao Governador, pessoas que tinham vínculos com os próprios funcionários do 1º escalão do governo. Então, esta Casa, respeitando o trabalho da Comissão Especial que funcionou nesta Assembléia, questionando, salientando a ausência desse Ministério Público Especial, reconhecido aqui pelo relator, o então Deputado Antônio Carlos Andrada, hoje Conselheiro, tem de compreender isso. Aliás, os próprios Conselheiros atuais devem fazer isso, devem forçar, uma vez que já está em tramitação um concurso público, que isso aconteça. Se quisermos, de fato, respeitar o povo mineiro, é necessário termos o concurso público o mais rápido possível. Aliás, essas pessoas, que comporão o Ministério Público Especial, começarão a carreira ganhando mais de R\$22.000,00, enquanto os Defensores estão reclamando um pouquinho de aumento.

O Deputado Alencar da Silva Jr. (em aparte)* - Tivemos aqui hoje os servidores da Defensoria Pública dizendo que ganham R\$4.000,00 e que os do Ministério Público ganham R\$19.000,00. O Deputado Pinduca lembra bem que ganhamos R\$6.000,00 e que, de quatro em quatro anos, temos de disputar uma eleição. Votamos aumento de servidores, de professores, do Ministério Público, de Juizes, de Desembargadores, mas o salário do Deputado continua o mesmo. Mas não é o caso que temos de tratar aqui, e sim, as contas do nosso Governador, ex-Presidente da República, Itamar Franco, que colocou este Estado em desenvolvimento. Tivemos aqui na Assembléia, como Líder do Governo na época, o Deputado Alberto Pinto Coelho, participando do governo Itamar Franco, que ficou na memória.

Quando falamos na aprovação de contas de Itamar Franco, temos de lembrar que várias coisas aconteceram naquele governo: na Comig, houve algumas sindicâncias; membros da Loteria Mineira estão com as suas contas suspensas até hoje. O Itamar, com aquele jeito, disse: "Pede exoneração e depois se discute." Então, antes de aprovarmos as contas do Sr. Itamar, temos de ver todos os penduricalhos que estavam naquele governo. Teremos de chamar aqui o Deputado Sávio Souza Cruz para falar do ex-Ministro Hargreaves. Ele tinha de chegar aqui e falar o que viu, no governo Itamar Franco, sobre o ex-Ministro. Acho que há outros Deputados aqui que sabem de muitas coisas do governo Itamar Franco. Será que vamos aprovar as contas, Padre João? É a pergunta que faço a V. Exa. e a esse Plenário. Como fica agora o senhor Itamar Franco, que brigou durante quatro anos com o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Minas Gerais parou quatro anos; o povo mineiro ficou perdido durante quatro anos. Quando ele estava indo embora, foi lá, deu um abraço e disse ao Fernando Henrique: "Oh, fui eu quem o colocou na Presidência". E ficou por isso mesmo. Até quando Minas Gerais ficará desse jeito? Aí, precisou entrar o Sr. Aécio e fazer o que fez em Minas Gerais.

Esta Casa tinha de se debruçar nas contas do Itamar Franco, chamar os seus Secretários. Deputado Sávio Souza Cruz, vamos chamar o ex-Secretário do partido de V. Exa., que é o companheiro Adelmo Carneiro Leão. Vamos chamar todos aqui e ver essas contas aprovadas. Tudo o que chega no Tribunal de Contas é aprovado. Desde que me entendo por gente, nos meus 20 anos de mandato, nunca ouvi dizer que a conta do Governador fulano de tal tomara bomba, teria isso ou aquilo. Será que o Tribunal de Contas ficará fazendo o que sempre fez, ou seja, olhando e dizendo: "Muito bem. Está tudo certinho, tudo de acordo?". E como é que fica? Esta Casa tinha por obrigação analisar as contas do Sr. Itamar Franco. Peguem o Sebastião Helvécio, o Sávio Souza Cruz, os Secretários de Estado, o ex-Líder de Governo, hoje Presidente desta Casa, Alberto Pinto Coelho, e peçam-lhes para olhar. Nunca vi uma coisa dessas. Tivemos a oportunidade de presenciar aqui um Líder conseguir aprovar tudo, mas não fazia o que o Itamar pedia e foi exonerado. Nem sequer teve a oportunidade de ouvir: "Você foi meu Líder e agora não é mais". Ele fez isso com o Alberto. No dia seguinte, ainda tirou o Sávio Souza Cruz da secretaria. Na época, brincávamos dizendo: "Quer aprovar projeto do governo? Não apareça em Plenário." Estou falando isso na ausência do companheiro Sávio Souza Cruz. Espero que ele dê testemunho do que viu no governo Itamar Franco.

Aprovar as contas unicamente por aprovar? Vamos discuti-las. Todas as ressalvas feitas por V. Exa. contam com o apoio deste Deputado. Entendo que está na hora de a política em Minas, que está mudando e já mudou, continuar mudando muito mais. Por que Itamar Franco? Porque está nas contas dele. Amanhã serão as contas do Aécio, e depois, as do próximo Governador. Mas as contas têm de ser analisadas com critério, com seriedade. Não basta chegar aqui, pronto e acabou. Todas as ressalvas devem ser verificadas. Lembro que todas as pendengas que houve no governo Itamar Franco... Ele dizia o seguinte: "No meu governo, se houver alguma irregularidade, antes de aprová-la, faço sindicância, e o responsável será afastado do cargo." Quem sabe está na hora de chamarmos aqui na Assembléia todos aqueles que ele afastou dos cargos, na Ademg, na Loteria e em todos os lugares? Se fizermos um levantamento, essa discussão vai longe. Vamos chamá-los para falarem o que houve naquela época. Por que os seus bens foram penhorados e tudo ficou parado até hoje? Aprovou aqui, e o Itamar ficou na dele. Como é que fica todo mundo que trabalhou com ele e o ajudou a fazer esse governo que ficou parado durante quatro anos?

Parabenizo V. Exa. pelo discurso. Tenho a certeza de que todos os Deputados aqui neste Plenário, repleto como está hoje, estão atentos, ouvindo. V. Exa. pode ter a certeza absoluta de que sua voz tem de se levantar cada dia mais, principalmente quando falamos de contas. Não fomos eleitos para fazer o que eu faço, clientelismo, ajudando aqui e ali. Fomos eleitos para fiscalizar e legislar. É para isso que Deputado é eleito. Mas, infelizmente, Padre João, se eu ficar aqui somente legislando e fiscalizando, perco a eleição. V. Exa. sabe perfeitamente disso. Se ganhei seis eleições seguidas foi porque não fico aqui apenas legislando e fiscalizando. Tenho de fazer clientelismo. O prato de comida ainda está faltando na mesa do meu eleitor. É com tranquilidade que faço isso aqui, hoje. Chegará a hora em que terei a oportunidade de estar no parlamento para fiscalizar e legislar, para que o prato de comida não falte mais na mesa do meu eleitor. Para isso, estou aqui trabalhando.

Parabenizo V. Exa. e convoco esta Casa para analisar com critérios e votar com consciência as contas do Dr. Itamar Franco, ex-Governador e ex-Presidente da República. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Deputado Alencar da Silva Jr., obrigado. Embora V. Exa. destaque a presença de tantos, desejo retornar ao Deputado Doutor Viana. Referentemente à seriedade do assunto, na composição do Tribunal de Contas, e à ausência do Ministério Público Estadual, reconhecida pelos próprios Conselheiros, quero socializar essa questão com outros colegas. Para isso, gostaria de contar com um momento mais apropriado, pois verificamos que não há quórum para continuar os trabalhos. Gostaria de continuar promovendo essa reflexão com os nobres colegas Deputados, pois, se todos vão votar, precisam estar atentos a esse grave ponto. Há um processo, e tanto eu quanto o Deputado Laudelino Augusto entramos com uma liminar, destacando essa falta de pressupostos legais.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado Padre João, ouvi atentamente V. Exa. e os demais apartes que aqui ocorreram. Não posso omitir-me, até porque presidi a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária quando analisamos esse parecer desta Casa, que foi elaborado sobre as contas do ex-Presidente e ex-Governador Itamar Franco.

Sinto-me bastante à vontade em fazer esse comentário, até porque não é novidade para ninguém que, quando exerceu o seu mandato, o Governador Itamar Franco tinha no PSDB oposição. Aliás, o Governador tratava de retribuir essa oposição, tendo um comportamento de quem não queria consigo nem no seu governo o PSDB, embora, no meu entendimento, ao final do seu mandato, tenha tido uma atitude bastante

madura de refletir entre as opções que se apresentavam para Minas Gerais e abraçar a candidatura do Governador Aécio Neves, então candidato pelo próprio PSDB. Aliás, esse comportamento é bastante característico do ex-Presidente Itamar Franco, que é um homem nacionalista e se pauta pelas suas intuições e convicções. Ninguém pode tirar do ex-Governador e ex-Presidente Itamar Franco os méritos de ser um homem de personalidade e de um comportamento todo ímpar, próprio. É óbvio que, naquela ocasião, como Prefeito de Divinópolis, tinha as minhas angústias e dificuldades com o governo Itamar Franco, que não era muito afeto aos tucanos.

Como V. Exa. sabe, sou fundador do PSDB, em 1988. Portanto, sinto-me à vontade para me manifestar sobre as contas de um governo que não ajudei a eleger, do qual não fui aliado e sobre o qual apresentei as minhas críticas à época, as quais mantenho em alguns aspectos. Contudo entendo que esse governo foi exercido por um grande brasileiro. No que diz respeito à sua correção pessoal, creio que não pairam dúvidas. Assim, pude analisar as contas que tramitaram na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa, com o espírito de imparcialidade e com o espírito, que deve nortear todas as nossas ações como parlamentares, de representante do povo que tem o dever de fiscalizar a aplicação do dinheiro público de maneira séria e firme. Posso assegurar à V. Exa. que não encontrei, em nenhuma das ressalvas apresentadas pelo Tribunal de Contas, nenhum indício que me levasse a crer que houvesse uma malversação do dinheiro público ou indicativo que me levasse a crer que, a bem do interesse público, pudéssemos reprovar as contas do ex-Governador e ex-Presidente da República Itamar Franco.

Deputado Padre João, para cumprir um dever cívico e de natureza ética, solicitei este aparte para dizer, de maneira bastante tranqüila, que as contas do ex-Presidente e ex-Governador Itamar Franco devem receber desta Casa a aprovação, como foi feito na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, tendo como relator um dos mais brilhantes Deputados que a Assembléia Legislativa tem a felicidade de possuir, que é o nobre Deputado Sebastião Helvécio, com larga experiência legislativa, homem público de diversos mandatos e com uma independência moral e histórica, pois foi o primeiro suplente do partido - parece-me que até do próprio PMDB à época - da base de apoio do Governador Itamar Franco, e passou os quatro anos nessa situação, sem que houvesse tido a oportunidade de assumir uma cadeira na Assembléia Legislativa ou qualquer cargo na administração Itamar Franco.

Portanto procedeu à sua análise como relator das contas do exercício de 2002 do governo de Minas Gerais com a imparcialidade com que devemos nortear as nossas ações. Apresentou seu veredito pela aprovação, seguido pela maioria dos pares da Comissão de Fiscalização Financeira, que tive o privilégio de presidir até o ano passado.

Hoje, sinto-me no dever de dizer que, não por estar com a missão de atuar nesta Casa como Líder da Maioria, mas de forma muito pessoal, como Deputado do PSDB, partido que não esteve com o Governador Itamar Franco e que tem naturalmente críticas em relação a alguns aspectos da sua gestão do ponto de vista político, mas, do ponto de vista da gestão financeira e do uso do dinheiro público, sua aprovação vai ao encontro do interesse do povo de Minas Gerais, que é ter uma relação em que as questões partidárias não nos movam na hora de proceder a uma análise dessa magnitude.

Essa é a minha contribuição. Agradeço o aparte ao nobre Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Obrigado. Sr. Presidente, como dizia, pretendo dar continuidade a essa discussão. Gostaria que o tempo fosse computado para destacarmos, sem julgar a conta em si, a situação em que se encontrava, à época, o Tribunal de Contas, sobretudo a ausência do Ministério Público Especial. Gostaria de socializar amanhã com os nobres pares a posição não do Padre João, mas do próprio Procurador de Justiça de Minas Gerais no que diz respeito a essa questão.

Devemos procurar saber a posição do então Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Simão Pedro Toledo, e qual deve ser a nossa postura hoje.

Amanhã, gostaria de apresentar um requerimento sobre qual deve ser nossa ação mais prudente para resguardar a credibilidade desta Casa em relação às contas dos Governadores, não entrando no mérito das pendências das ressalvas, mas destacando a ausência do Ministério Público Especial.

Questão de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, solicito o encerramento, de plano, da reunião, uma vez que não temos quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 21, às 9 horas, e para a reunião extraordinária também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/3/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.374/2006; aprovação - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo

Cesar - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Rosângela Reis, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana. Agradeço esta oportunidade e gostaria de registrar e ler uma correspondência que recebi: (- Lê.) "Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual João Leite, temos a satisfação de convidá-lo para participar do lançamento do filme 'Out of Control', a realizar-se no próximo dia 24 de março de 2007, nos Estados Unidos da América.

São duas as razões que nos levaram a estender-lhe esse convite. A primeira, pela certeza da necessidade do envolvimento de todos na luta contra o uso de drogas ilegais. A segunda, pelo fato de esse filme contar com a participação de dezenas de brasileiros no seu quadro de atores, a maior parte desses do Estado de Minas Gerais.

O filme 'Out of Control', dirigido e produzido por Rogério de Souza, está sendo considerado pelas autoridades locais da cidade de Fall River, em Massachusetts, pela sociedade e pelos meios de comunicação como uma grande arma no auxílio a essa luta de combate às drogas ilegais.

Com a pergunta 'você acredita que tudo a sua volta está sob controle?', o longa-metragem 'Out of Control', de 114 minutos, emociona pelo drama vivido por uma famosa jornalista que vê sua casa invadida pela tirania do mundo das drogas ilegais.

Esse filme servirá como uma grande ferramenta de combate na luta contra as drogas ilegais em escolas públicas de línguas inglesa, portuguesa e espanha, uma vez que o mesmo foi produzido nos três idiomas.

Sua presença abrilhantarão o nosso 'premiere' e também permitirá um estreitamento nas relações viabilizando uma parceria entre o 'Out of Control' e o Estado de Minas Gerais. Atenciosamente. Rogério de Souza. Diretor e produtor."

Estamos de posse do convite para esse evento que acontecerá na cidade de Swansea, em Massachusetts. Ficamos impressionados com a participação de tantos brasileiros - principalmente de mineiros -, que vivem há muitos anos nos Estados Unidos e estão participando desse esforço, dessa luta contra as drogas nesse país. É o segundo filme produzido por Rogério de Souza. O primeiro está sendo utilizado nas escolas públicas. Queremos, por meio da Assembléia Legislativa de Minas, estreitar esse contato com o trabalho que está sendo realizado.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o interessante é que o Diretor e produtor do filme, Rogério de Souza, é vítima do tráfico de drogas: seu pai foi morto por traficantes. Por isso tem dedicado sua vida a essa luta contra as drogas ilegais.

Lamentamos não poder participar do lançamento desse filme, mas torcemos para que tenha sucesso. Entraremos em contato com Rogério de Souza para recebermos o filme no Brasil, a fim de nos alegrarmos com a participação de tantos mineiros, que estão contribuindo com essa luta nos Estados Unidos.

Será interessante assistir a esse filme para tomarmos conhecimento da presença do nosso Estado, por meio desses mineiros, que, naquele país, estão dando essa grande contribuição. Às vezes ouvimos notícias sobre mineiros ou brasileiros que foram deportados, mas existe esse outro lado da vida dessas pessoas que moram nos Estados Unidos e estão dando uma grande contribuição à sociedade americana, como esse filme, que tem a participação de muitos brasileiros e mineiros.

Espero que o filme nos seja enviado, a fim de que possamos exibi-lo nesta Assembléia e, quem sabe, utilizá-lo em nosso Estado, na luta contra o tráfico de drogas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.374/2006, do Governador do Estado, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.084, de 15/5/73, e autoriza a criação de empresas subsidiárias da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Questões de Ordem

O Deputado Carlos Mosconi - Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de comunicar a esta Casa que hoje se realizou na Comissão de Saúde, pela manhã, um simpósio sobre a prevenção do câncer de mama e do câncer do colo uterino. Esse simpósio foi solicitado por todas as nossas colegas Deputadas, que subscreveram o requerimento para a realização desse simpósio.

Quero, Sr. Presidente, cumprimentar nossas colegas Deputadas pela iniciativa e pelo brilhantismo da reunião. Ali se reuniram especialistas nessas matérias, que fizeram exposições muito claras, profundas, a respeito da prevenção do câncer de mama e do colo uterino, trazendo para esta Casa a realidade dos fatos em Minas Gerais.

Foi bom notarmos os avanços que ocorreram com alguns programas eficientes implantados no Estado de Minas, alguns por iniciativa do Ministério da Saúde, outros pela Secretaria Municipal de Saúde, e também iniciativas municipais, avançando um pouco nessa questão.

O governo de Minas tem um programa que pretende implantar mamógrafos em 73 microrregiões do Estado, a fim de que toda a população do Estado, de maneira geral, possa ser atendida. Assim também, em relação ao câncer do colo do útero, observamos trabalhos sendo realizados com muita eficiência por todo o Estado.

Mas o que nos preocupa, depois de tudo que ouvimos, é o que ainda temos de avançar. Ficou evidente para todos nós que, em relação ao câncer de mama, a prevenção se dá de diversas maneiras, mas o mamógrafo é absolutamente indispensável, assim como para a prevenção do câncer do colo uterino, a realização do Papanicolau é absolutamente indispensável. Vimos o quanto precisamos avançar ainda. Temos bons programas, boas iniciativas, mas ainda precisamos caminhar muito.

Observamos que tudo isso é pago pelo SUS. Ele paga todo esse movimento e todas as campanhas de prevenção instaladas no Estado. Observamos o corte no orçamento do Ministério da Saúde para este ano de 15%, chegando quase a R\$6.000.000.000,00. A escassez de recursos fará com que a curva ascendente em termos de prevenção, conforme vimos hoje, vai estabilizar-se e começar a cair, porque isso não é feito só com boa-vontade. Só a disposição de fazer não é suficiente, é preciso que haja recursos crescentes, a fim de que um maior percentual da população feminina possa ter acesso a esse tipo de tratamento preventivo.

A realização desse simpósio foi muito interessante, muito útil, porque mostrou a todos nós essa realidade, mas mostrou também a preocupação que devemos ter para que possamos assegurar, nos níveis federal, estadual e municipal, recursos a fim de que a população do nosso Estado possa ter acesso a tratamentos e ações preventivas, como a que vimos hoje. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a alegria de estar hoje nesta tribuna é para comunicar o sucesso da nossa estada ontem, em Brasília. Uma comissão composta por quase todos os Deputados votados na região do Norte de Minas, da qual V. Exa., Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, também é integrante, esteve em Brasília, juntamente com quase todos os Deputados Federais votados na região, e fomos ao Dnit, em uma audiência com o Dr. Luís Munhoz e a diretoria do Dnit. Fomos reivindicar a imediata implantação da reconstrução da BR-135, no trecho entre a BR-040 e Montes Claros. Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação vexatória dessa rodovia tornou-se insustentável, dada a existência de trechos longos, totalmente esburacados, impossibilitando o trânsito de veículos nessa rodovia. Não entendíamos o porquê de outras regiões brasileiras possuírem estradas federais da melhor qualidade, ao contrário dessa rodovia e outras, em Minas Gerais, que estão em situação caótica. Fomos informados por S. Exa., o Sr. Diretor do Dnit, de que havia obstáculos jurídicos que impediam o governo federal de assumir a obra, mas, agora, esse período se encerrou e o governo federal está efetivamente assumindo a responsabilidade sobre a BR-135. Tanto isso é verdade que o projeto fornecido ao Dnit pela Associação Comercial e Industrial de Montes - um projeto de R\$350.000.000,00 para os 300Km, entre Montes Claros e a ligação com a BR-040 - já está sob análise do Dnit, apesar de haver algumas correções a serem feitas.

O compromisso que foi feito pelo Dnit com as mais expressivas e suprapartidárias lideranças da nossa região é para que ocorra a licitação dessa obra, nos próximos dois a três meses. Trata-se de uma obra de R\$350.000.000,00, para uma verdadeira reconstrução dessa rodovia. Se tudo der certo, a obra terá início até o final do ano, mas, enquanto isso não acontece, também será feito um trabalho de recuperação provisória para que o trânsito dessa importante rodovia, verdadeira artéria da região do nosso país, volte ao normal.

Conosco, já que eu integrava essa comitiva, estiveram presentes os Deputados Carlos Pimenta, Ana Maria Resende, Arlen Santiago, Gil Pereira e Célio Moreira, além de uma bancada federal. Quase todos os Deputados votados no Norte de Minas estiveram presentes. Estou aqui tomando a iniciativa de divulgar essa boa notícia, que esperamos que se concretize com a efetiva construção dessa rodovia que deverá resolver, em definitivo, o gravíssimo problema da falta mínima de condições de trafego da BR-135. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, neste instante, está acontecendo uma reunião da Associação dos Filhos e Amigos de Teófilo Otônio, no Salão Nobre desta Casa. Ali está sendo lançada a Carta do Mucuri e o livro sobre a expedição que levantou todos os problemas do Rio Todos os Santos, o maior afluente do Rio Mucuri. Está sendo preparado um movimento de comportamento de todas as autoridades e pessoas de destaque em nível estadual e nacional, para um trabalho conjunto de defesa daquela região. Estão presentes os Secretários Gilman Viana, Secretário de Estado da Agricultura e nosso companheiro da região de Nanuque; José Carlos Carvalho, que foi um dos Secretários que, quando Ministro, nos alentou com sua presença para lançar o pólo florestal daquela região; alguns ex-Deputados federais e estaduais; a atual Prefeita, Maria José; ex-Prefeitos e demais autoridades que hoje, em Brasília ou em Belo Horizonte, representam a nossa região. É um momento muito importante para o Vale do Mucuri - temos aqui vários companheiros e colegas oriundos daquela região -, que, juntamente com o Norte de Minas, formam a parte mais pobre do Estado. Estamos muito satisfeitos com essa reunião, por isso gostaríamos de registrar esse fato.

Também participei da reunião feita pelos Deputados do Norte de Minas e me coloquei à disposição para, juntos, lutarmos pelo desenvolvimento daquela área. É uma situação muito complicada, pois uma parte de quase 40% do território mineiro respondem por apenas 8% da atividade econômica, com uma população rarefeita e que está sendo expulsa paulatinamente, ao longo dos anos, por falta de investimentos sólidos na sua infra-estrutura, para o desenvolvimento.

Nossa região é uma região que realmente precisa dessa aglutinação. Então, da mesma forma que nos colocamos à disposição dos Deputados do Norte, na reunião ocorrida no 23º andar do Edifício Tiradentes, gostaria de convidá-los para hipotecar solidariedade ao pessoal do Mucuri, que é tão pobre quanto o do Jequitinhonha e do Norte.

Não adianta ficarmos a vida inteira escorando-nos nas regiões mais ricas de Minas e usando aqueles recursos, que poderiam ser usados de forma diferenciada, apenas para tentar aplacar um pouco a miséria social que nos atinge e superar as dificuldades da nossa estagnação econômica. Faça esse registro para que todos os companheiros Deputados saibam que a região começou a reagir e que isso é muito bom para nós todos não apenas para os da região, como também para todo o Estado de Minas Gerais. Queremos deixar de ser um peso para o Estado de Minas.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça - Sr. Presidente, gostaria de lhe dizer que faço quase uma prestação de contas ao senhor, que é médico. Nossos trabalhos, que partiram da bancada feminina nas nossas Comissões, estão transcorrendo de acordo com nossas expectativas. Hoje, estiveram conosco na Comissão de Saúde os Deputados Carlos Mosconi e Doutor Rinaldo. Parabenizo aquela Comissão pelos debates de hoje, pelo assunto que foi desenvolvido hoje de maneira séria e compromissada com a saúde da mulher. Tratou-se do assunto do câncer de mama e do câncer de colo do útero. Assumimos o compromisso de levar adiante as nossas reivindicações e somarmos nossos esforços de Deputadas e de Deputados, para que os recursos oriundos do governo federal se façam presentes nos Estados, especialmente nos pequenos Municípios e na zona rural, para que a mulher possa ter acesso a esse tratamento, a essa prevenção, para que tenha saúde e para que possa continuar oferecendo qualidade de vida à família. Ficamos impressionados com os dados que nos foram apresentados. Ao mesmo tempo, foram apresentadas soluções. O SUS concentra todo o trabalho para que os que não têm Unimed, Cassi ou qualquer outro plano de saúde possam ter

o mesmo atendimento. O dia de hoje foi muito importante. Nós, mulheres, sentimo-nos compensadas pelo trabalho que desenvolvemos. No dia 27 haverá outro momento muito importante, quando trataremos da influência da mídia na vida das mulheres. Precisamos que os Deputados se façam presentes, que nos ajudem, se não tiverem compromissos no mesmo horário. Essa é uma primeira ação da bancada feminina. V. Exa. pode ter certeza de que muitas virão.

O Sr. Presidente - Parabenizo a Deputada Maria Lúcia Mendonça, que expôs, de maneira democrática, a existência de um grupo suprapartidário de mulheres trabalhando de forma unida. Isso é bonito, e temos a certeza de que renderá bons frutos.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, nossa Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, presidida pelo nobre Deputado Deiró Marra, hoje pela manhã realizou uma importante audiência pública externa, na Câmara Municipal de Contagem, onde foi discutida a situação do Parque Fernão Dias, que fica entre os Municípios de Contagem e Betim, bem como o Centro Social Urbano do Bairros Amazonas e Eldorado.

A audiência pública contou com a expressiva participação das comunidades, das associações de bairros, das cidades de Contagem e de Betim. Estiveram presentes o Dr. Paulo, representando o Dr. José Carlos, Secretário de Meio Ambiente, e o Dr. Webert Blazo, representando o nosso querido Secretário de Esportes e Juventude, Deputado Fahim Sawan. Foi uma audiência importante, com resultados muito positivos. Os representantes do governo do Estado deixaram claro, perante a audiência, que há interesse por parte do Estado de Minas Gerais de imediatamente abrir o debate sobre a importância da devolução da administração do Parque Fernão Dias, numa gestão compartilhada entre os Municípios de Betim e Contagem. A Comissão aprovou uma imediata convocação de reunião com os dois Prefeitos, Carlaile Pedrosa e Marília Campos, quando iniciaremos o debate sobre a devolução da administração daquele importante espaço ambiental, de lazer e de esporte, existente na divisa dos dois Municípios.

Em relação ao Cesu do Bairro Amazonas e ao Cesu do Bairro Eldorado, também há disposição por parte do governo do Estado em rediscutir a questão e devolver, através de uma negociação com a Prefeita Marília Campos, a administração daqueles espaços para, com o Estado, fazer novos investimentos e revitalizar a área, que é importante para os Bairros Amazonas e Eldorado.

Na audiência, o Estado mencionou também o interesse em investir na área. Aliás, já está em curso um projeto com o objetivo de levar para dentro do Parque Fernão Dias uma unidade do Colégio Tiradentes. Caso isso ocorra, será realizado um grande sonho de importância vital para aquela região.

Foi uma audiência muito produtiva, e eu queria aqui registrar e parabenizar a Comissão de Educação desta Casa, na pessoa do seu Presidente, Deputado Deiró Marra. O povo de Contagem e de Betim agradece a grande contribuição da Assembléia Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, há pouco ouvia as palavras do nobre Deputado Getúlio Neiva sobre o Vale do Mucuri, quando falou das lideranças que estão participando do evento realizado nesta Casa e do seu gesto de se aliar aos Deputados do Norte de Minas a fim de, de forma articulada e conjunta, buscar melhorias para aquela região. O senhor sabe bem, Sr. Presidente, que sou do Noroeste de Minas e que a maioria dos Municípios da nossa região tem IDHs bastante similares aos do Vale do Mucuri, do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Na verdade, temos três Municípios do Noroeste de Minas que, quando associados aos demais, distorcem a realidade e a visão da região Noroeste para o conjunto do Estado de Minas Gerais. Os Municípios de Paracatu, João Pinheiro e Unaí, por terem um PIB bastante acima da média regional, quando considerados em bloco na região e somados aos demais Municípios, distorcem o PIB regional.

Tenho andado muito na região e conversado muito com os Prefeitos. Quero solidarizar-me com o Deputado Getúlio Neiva e com esse esforço para que os Deputados das regiões empobrecidas de Minas Gerais consigam, nesta Casa, encaminhar, debater e propor efetivamente ao governo uma atenção diferenciada.

No Noroeste de Minas, estamos confiantes de que vamos conseguir fazer esse debate e tentaremos criar condições para os diversos Municípios empobrecidos, a grande maioria sem acesso por asfalto até hoje - a 8 dos 14 Municípios da bacia do Paracatu, só se chega por estrada de terra. O Pró-Acesso está aí, e vamos acompanhar muito de perto para que esses benefícios cheguem à nossa região.

Mais uma vez, quero ressaltar esse esforço conjunto, solidarizar-me e somar com os Deputados do Norte e do Mucuri, que fazem a representação do Jequitinhonha, para promover e auxiliar o encaminhamento deste debate nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, como já foi destacado por vários Deputados, hoje foi um dia exaustivo, mas por uma boa causa: a participação no 6º Fórum das Águas. Não havendo quórum para a continuação de nossos trabalhos, peço a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 22, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 20ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 27/3/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.151/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2002. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.897/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2003. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.702/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.815/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2005. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 42/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curvelo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 43/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varjão de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 260/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de São Gonçalo do Pará, o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 8h45min do dia 27/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 22/2007, do Deputado Gustavo Corrêa; 61/2007, do Deputado Célio Moreira; 100/2007, do Deputado Carlin Moura; 122/2007, do Deputado Padre João; e 127/2007, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h15min do dia 27/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 84/2007, do Deputado Weliton Prado; 96/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 73/2007, do Deputado Gilberto Abramo; 115/2007, do Deputado André Quintão; 122/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 132 e 134/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 136/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 139/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 144/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 166, 167, 172, 174, 181, 182 e 183/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 199, 204, 206, 211, 213, 219,

221, 227, 229 e 230/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 238 e 239/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 279 e 281/2007, do Deputado Célio Moreira; 285/2007, do Deputado Doutor Viana; 290, 299, 300 e 301/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 318/2007, do Deputado Domingos Sávio; 323 e 325/2007, do Deputado Zé Maia; 360/2007, do Deputado Mauri Torres.

Em turno único: Projeto de Lei nº 129/2007, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 173 e 179/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 246/2007, do Deputado Carlos Pimenta; 249 e 253/2007, da Deputada Cecília Ferramenta; 256/2007, do Deputado Doutor Viana; 258/2007, do Deputado Mauri Torres; 277/2007, do Deputado João Leite; 280 e 282/2007, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 27/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 90 e 91/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 101/2007, do Deputado Carlin Moura; 107/2007, do Deputado Delvito Alves; 139 e 140/2007, do Deputado Célio Moreira; 152/2007, do Deputado Doutor Viana; e 159/2007 do Deputado Juninho Araújo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 27/3/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 118/2007, do Deputado Eros Biondini; 151/2007, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 27/3/2007, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 1.151/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2002; 1.897/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2003; 2.702/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2004; e 3.815/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2005; e dos Projetos de Lei nºs 42/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curvelo o imóvel que especifica; 43/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varjão de Minas o imóvel que especifica; e 260/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de São Gonçalo do Pará, o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de março de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 20/3/2007

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, Defensoras e Defensores Públicos do Estado, estive afastado, neste princípio da legislatura, por motivo de saúde. Gostaria de dar boas-vindas aos Deputados que conseguiram se reeleger, principalmente aos novatos que chegaram a esta Casa, em especial ao meu amigo Pinduca, Deputado de Betim, e ao Deputado Rômulo Veneroso, que também conseguiu uma expressiva votação e faz parte do grupo político de Betim, ao lado do Deputado Inácio Franco. Este, embora seja de Pará de Minas, concentra as suas atividades em Betim por vários e vários anos.

Inácio, consideramos V. Exa. um Deputado de Betim que lutará pelos interesses de Minas Gerais, ao lado do Rômulo, do Pinduca e dos demais Deputados. Sem dúvida nenhuma, será muito honroso para nós V. Exa. integrar a bancada de Betim. Espero que juntos possamos defender os interesses não somente de Betim, mas também do Estado.

Ocupo esta tribuna nesta tarde, em primeiro lugar, para tratar de um assunto muito importante, a luta dos Defensores Públicos de Minas Gerais por melhores salários e, por que não dizer, por uma equiparação aos outros Estados e à União. Posso dizer isso de cadeira porque, de longa data, venho acompanhando a Defensoria Pública de Minas Gerais. Aliás, não só eu, mas também vários Deputados desta Casa que sempre têm defendido os interesses do Estado e, acima de tudo, dos Defensores Públicos do Estado.

Completam, hoje, 40 dias que os Defensores Públicos estão em greve. Temos 150 comarcas paralisadas no Estado de Minas Gerais. Conversava com o Deputado João Leite, com quem tive a honra de participar da CPI Carcerária, como relator, em 1997. Desta Comissão participaram também o Deputado Durval Ângelo e outros. Lembrei-lhe de que, naquele ano, fizemos um projeto de lei criando a obrigatoriedade de, em cada comarca, haver um Defensor público.

Sabemos da luta que teve o Governador Aécio Neves para que pudéssemos avançar, objetivando melhorar as condições de trabalho da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Há bem pouco tempo, tínhamos uma Defensoria Pública desaparelhada, que nem sequer tinha um computador para prestar bons serviços. Sabemos também que se trata de uma classe que luta, como lutaram os Defensores Públicos do Mato Grosso do Sul, por autonomia financeira. Isso ainda não foi possível em Minas Gerais. Temos consciência dos avanços, mas também, Deputado João Leite, sabemos que muitas coisas precisam ser melhoradas.

Somos favoráveis a que sejam bem remunerados aqueles que representam os Poderes. Os Juízes e os Promotores têm hoje um bom salário. Se aquele que acusa, o Promotor, deve ter um bom salário, o que defende, que tem uma importância crucial para os menos favorecidos, também deve tê-lo.

O Deputado João Leite foi testemunha de que, nas várias visitas que fizemos às penitenciárias, se não fossem os Defensores, a situação seria mais caótica. Realmente, precisamos de muitos Defensores ainda. Faz-se o concurso, mas o Defensor quer galgar um cargo mais importante, para Juiz ou Promotor, gerando, conseqüentemente, uma defasagem nos quadros daquela instituição. Quero ainda dizer que os concursos têm sido realizados, mas não temos tido um aproveitamento significativo. Prova disso é o afastamento de muitos Defensores da instituição pela falta de estímulo. É muito fácil dizer: "Se você acha que está ganhando pouco, saia e vá trabalhar noutra função".

Com o potencial do Governador Aécio Neves, com sua sensibilidade, com a boa-vontade e o interesse do nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, do Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, que foi Presidente desta Casa e hoje exerce um papel fundamental, do Deputado Danilo de Castro, Secretário de Governo, poderemos juntar forças e nos unir, buscando alternativas para pormos um ponto final nessa greve e buscar uma solução que seja do interesse de todos.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado Ivair Nogueira, obrigado pelo aparte.

V. Exa. tem inteiríssima razão quando clama por melhoria nos salários dos Defensores Públicos. Eles fazem parte de uma carreira do Estado e prestam os mais relevantes serviços à população, especialmente para a que não pode pagar advogado.

Precisamos de mais Defensores, de profissionalização. Conseguiram uma autonomia parcial, mas não têm plena autonomia financeira. Estão reivindicando salários. Acreditamos que o Estado deve, pelo menos, conversar com eles. Podem não conseguir o salário que querem, mas é preciso ouvi-los, pois estão em todos os quadrantes deste Estado atendendo à população que necessita de pensão alimentícia, que está presa injustamente, que precisa ter acesso ao Judiciário, mas não tem. O Defensor é o cidadão que está ali para atender a essa classe. O que V. Exa. disse é tão verdade que o nosso Secretário de Defesa Social é egresso dos quadros da Defensoria Pública. Queria ombrear-me com V. Exa. na luta em prol dos Defensores. Que eles tenham melhores condições, computadores suficientes, espaço físico e ganhem salários dignos. Pode não ser da forma que reivindicam, mas que, pelo menos, possam ser ouvidos para negociar. O Estado enfrenta problemas financeiros, e entendemos que tem de haver compatibilização entre os interesses do Defensor, extremamente importante para o meio jurídico e para a verdadeira efetivação da Justiça, e os do Estado. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Caro Deputado Ivair Nogueira, gostaria também de deixar a minha fala em favor dos Defensores Públicos. Na terça-feira passada, devido ao Regimento da Casa, não pude fazer uso da tribuna e me posicionar, e uma comitiva de Defensores de Divinópolis e outras cidades esteve presente para nos ouvir.

Quero dizer que estive visitando a Defensoria Pública de Divinópolis e fiquei muito satisfeito com o trabalho realizado pelos Defensores sob a coordenação de Rosângela Malta. Vários Deputados desta Casa colocaram-se à disposição, ao lado dos Defensores de Minas Gerais. Eu também estou ciente de que, para termos democracia, precisamos ter justiça. Onde não há Defensores Públicos, sabemos que a justiça não é realizada. Os Defensores estão lutando em seu dia-a-dia, com todas as dificuldades que têm em seu trabalho. Em Divinópolis, uma grande cidade, o número de Defensores é insuficiente. Temos 9 Defensores, mas precisamos de aproximadamente 15. Muitas vezes eles pagam a tinta da impressora para fazer o seu trabalho e a internet. Eles fizeram questão de nos dizer que são gratos ao Governador Aécio Neves, que muito fez pela instituição Defensoria Pública. Agora eles esperam que o Governador seja sensível ao seu movimento e volte os olhos para o Defensor, que tanto precisa do apoio do governo e dos Deputados para a justa causa de melhores condições de trabalho e melhores salários. Muito obrigado.

O Deputado Inácio Franco (em aparte) - Meu caro Deputado Ivair Nogueira, gostaria primeiramente de agradecer as palavras que usou no início de seu pronunciamento para se referir a este Deputado. É um prazer estarmos juntos em Betim, eu, V. Exa., o Pinduca Ferreira, o Rômulo Veneroso, defendendo os interesses daquela cidade e de toda a região. Também é um prazer muito grande estar nesta Casa com V. Exa. defendendo os interesses da região Centro-Oeste.

Não poderia também deixar de solidarizar-me com os Defensores Públicos. Sabemos da importância desses trabalhadores que defendem os interesses das pessoas que não têm poder aquisitivo. Essa causa, sem dúvida alguma, é de extrema importância para Minas Gerais. Muito obrigado.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte) - Deputado Ivair Nogueira, gostaria de parabenizá-lo pelo belo discurso. Não dá para deixar de fazer uso da palavra, pois o problema da Defensoria Pública mexe conosco. Falar em Defensoria Pública é falar do cidadão que está preso na cadeia, sem dignidade, sem condições de ter alguém para representá-lo; é falar de uma mãe de família que precisa pleitear uma pensão alimentícia; é

falar de famílias que estão ao léu e ao relento. Gostaria de solidarizar-me também com os Defensores Públicos de Montes Claros, de Conselheiro Lafaiete e de todo o Estado de Minas Gerais, que necessita da Defensoria Pública do Estado. Gostaria de fazer também um clamor junto ao Governador do Estado, para que haja um diálogo com o objetivo de alcançar, de maneira eficiente, uma negociação benéfica para as duas partes.

Apoiamos a Defensoria Pública do Estado porque sabemos que ela é de fundamental importância para o nosso povo.

O Deputado João Leite (em aparte) - Caro Deputado Ivair Nogueira, V. Exa. me fez lembrar o trabalho realizado na CPI do sistema prisional, em que V. Exa. foi relator. A Comissão tratou de temas muito graves da história de Minas Gerais, como a fuga de Fernando Beiramar pela porta da frente de uma das nossas unidades penais. V. Exa. teve seu gabinete incendiado em uma noite e, apesar de tudo isso, resistiu, apresentando, ao final dos trabalhos, um relatório reconhecido mundialmente. Naquele relatório, V. Exa. apresentou 11 novos projetos. Um deles tinha o objetivo de fazer justiça ao que constatamos, ao trabalho da Defensoria Pública no Estado de Minas Gerais, ao trabalho feito em prol do cidadão mais pobre de Minas Gerais. Por isso apoio o seu discurso da tribuna e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Que bom que estão todos juntos nessa luta. Vencendo a Defensoria, haverá mais condições para as pessoas pobres do nosso Estado. Parabéns, Deputado Ivair Nogueira.

O Deputado Ivair Nogueira - Queria dizer que o salário do Defensor Público em Minas Gerais é R\$4.928,00, enquanto o salário do Defensor Público da União é R\$12.000,00. Fazemos parte da base de governo e sabemos que hoje estamos tendo o melhor Governador de todos os tempos. Um Governador sensível, que tem lutado por todas as causas, levando investimentos a todos os segmentos de Minas Gerais, demonstrando que nosso Estado está vivendo uma nova era em todos os sentidos. Posso falar isso de cadeira. Sei também que é muito difícil para um Governador consertar a questão salarial do funcionalismo, mas essa questão merece uma análise aprofundada para que possamos avançar ainda mais. Queremos avançar ainda mais, buscando uma alternativa de consenso, unindo o Colégio de Líderes desta Casa, o Líder do Governo, o Presidente e os Deputados que lutam em prol dos Defensores Públicos de Minas Gerais, porque temos conhecimento do trabalho feito por essa categoria em prol das pessoas mais carentes.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte)* - Meu querido Ivair, quero apenas fazer uma referência ao seu trabalho ao longo desses anos, sempre na defesa dos Defensores. Fui advogado no princípio da minha carreira e tenho um grande respeito pelos Defensores Públicos, sobretudo pelos companheiros de Teófilo Ottoni comandados pelo José Xavier, que muito nos ajudaram em nossa terra.

Quero relatar aqui um fato importante. Em recente encontro com o Governador, esse assunto foi levantado. Ele nos disse que já está verificando a possibilidade de uma proposta para os próximos quatro anos. Não vai esperar que, a cada ano, haja uma nova reivindicação. Obrigado.

O Deputado Ivair Nogueira - Quero agradecer, Presidente, aos companheiros que se manifestaram favoravelmente, a todos os Defensores, que têm feito um belo trabalho, em especial aos Defensores de Betim, que, embora sejam poucos, têm feito um trabalho maravilhoso. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, demais membros que compõem a Mesa dos trabalhos nesta tarde, senhores colegas Deputados e Deputadas, servidores da Casa, profissionais da imprensa, público, que, paciente e democraticamente, nos acompanha das galerias, telespectadores da TV Assembléia, o meu boa-tarde.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é a necessidade de, mais uma vez, emprestar a minha solidariedade à família do pequeno João Hélio, que lamentavelmente tem sido notícia no Brasil e no mundo, colocando o País na vitrine do mundo de forma vergonhosa.

Assistindo aos acontecimentos depois do episódio do pequeno João Hélio, vimos muitos outros fatos que nos envergonham e continuam nos deixando corados diante da opinião pública não só no Brasil, mas também no mundo. Estrangeiros são assassinados, como aconteceu ontem com um integrante daquela banda francesa - o ônibus que os transportava furou o pneu, e foram atacados por bandidos.

Há muitos outros, como o episódio dos Diretores daquela ONG do Rio de Janeiro. Diversas situações aconteceram depois do caso do João Hélio, e aqui fica minha preocupação, Deputada Gláucia Brandão, pois tenho a impressão de que estamos anestesiados, em um estado de torpor, de insensibilidade. Estamos começando a assistir a essas cenas e a considerá-las normais. Parece-nos que estamos vendo uma produção "hollywoodiana", em que, no final, os personagens trocam as roupas, tiram a maquiagem e voltam para casa, quando, na realidade, não é bem isso que acontece: famílias estão chorando, perdendo e enterrando entes queridos, enquanto assistimos a tudo isso passivamente.

Tem havido muitos discursos, movimentos e barulho, e, falando em barulho, senhores e senhoras, lembro-me de uma frase do Barão de Itararé, que dizia que o tambor faz muito barulho, mas é vazio, oco. Corremos o risco de nos tornar agora um tambor: fazendo muito barulho, mas completamente vazios de ações que possam, de fato, tirar-nos desse lugar de vergonha em que nos encontramos.

Recebi - e creio que colegas também - uma carta do Senador Pedro Simon, nosso companheiro de partido, o PMDB. Deputado Ademir Lucas, ele escreveu uma carta - e também passou pela dor da perda - que quero ler para, em seguida, fazer um pronunciamento em defesa dos nossos companheiros Defensores Públicos. Aproveitarei este momento porque eles lidam diretamente com o interesse na solução dos problemas de segurança nesse trabalho de defensoria.

Esta carta foi escrita à mãe do pequeno João Hélio: "Mãe, conheço o tamanho da tua dor, que é a mesma do Élon e da Aline. Para mim, é, também, uma dor vivida. A perda de um filho é, sem dúvida, o maior de todos os sofrimentos. Por que tamanha provação? Versões contemporâneas de Abraão?

"Tome seu filho, o seu único filho Isaac, a quem você ama, vá à terra de Moriá e ofereça-o, aí em holocausto, sobre uma montanha que eu vou lhe mostrar". Por que, então, o anjo de Javé não te ajudou a desatar aquela simples fivela, de um cinto dito de segurança, que permitiria desenvolver a teus braços de mãe o pequeno João Hélio, o Isaac dos nossos tempos, para que ele permanecesse entre nós, dividindo e multiplicando sua alegria de vida? "Meu Deus, Meu Deus, por que me abandonastes?"

É nesses momentos que nos sentimos ínfimos diante dos desígnios do Criador. Pior: é, também, nesses mesmos momentos que sabemos o quanto a humanidade se distanciou da Sua obra. Disseste: "eles não tem coração". Eles têm! É que utilizamos os dons que nos são concedidos e criamos, como novos deuses, a inteligência artificial, enquanto desdenhamos os sentimentos mais sublimes e naturais, aqueles que brotam, semente e semente, em corações fertilizados pelo amor e pela fraternidade. Ao contrário, permitimos que florescesse, em muitos corações, nas favelas e nos palácios, a barbárie. No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Brasília, em Washington ou em Bagdá. É a humanidade que se distancia dos seus próprios conceitos de benevolência, de clemência e de compaixão. Que tuas lágrimas não se percam, apenas, nos índices de audiência e nos discursos de conveniência. Ao contrário, que elas mobilizem corações e mentes para a reconstrução dos valores que perdemos

nesta travessia terrena.

Em outros tempos, não tão distantes, os valores morais e culturais se construíam sobre o tripé: família, escola e igreja. Hoje, a família foi dilacerada. A escola, sucateada. A igreja, excomungada. No lugar, um novo e perverso tripé: a droga, a rua e a arma. A droga como estímulo. A rua como palco. A arma como poder.

Ainda naqueles outros tempos, as famílias se reuniam para contar e trocar suas histórias de vida. Era um grande círculo de amizade e fraternidade: família, escola e igreja, ao mesmo tempo e no mesmo espaço; respeito, aprendizado e bênção. Pais heróis. Hoje, o círculo familiar deu lugar a um semicírculo vicioso. No centro, a TV, e os novos heróis são aqueles que mais atiram, que mais batem, que mais matam. É a arte imitando a vida, ou incentivando a morte, ou vice-versa.

Vim, vi e envelheci. Mas, por mais que possam tentar tripudiar o meu discurso e a minha prática, que dizem ser obsoletos, não mudei. Continuo vivendo os valores que herdei da família, da escola e da Igreja.

Para mim não há diferença, na dor, entre o favelado que puxa o gatilho nas esquinas e o dirigente que manda despejar mísseis sobre cidades inteiras. Quantas serão as mães de Bagdá que choram a morte de seus pequenos inocentes, meninos da guerra, trucidados em nome do poder e da ganância, pior: "em nome de Deus". São todos bárbaros, cruéis, desumanos.

Essa é a minha luta: resgatar o verdadeiro sentido de humanidade. Que os homens retomem o projeto do Criador. Onde reina a barbárie, nada vão adiantar novas leis que não se cumprem; novas punições, que servirão tão-somente para alimentar a impunidade. Não que se ressuscitar as letras mortas. E isso se faz somente com o grito estridente das ruas.

Como bem dissestes, o teu filho não pode ser mais um número nas estatísticas da violência. E, como em outros casos tão recentes, temo que a tua imolação seja esquecida, quando a comoção dobrar a esquina. Talvez a mesma esquina em que foste abordada tão covardemente. Mas, a tua dor, não. Nunca mais. A dor pela perda de filho é eterna. Ela nos acompanha até que o encontrarmos, de novo, em outra dimensão.

Por isso as tuas lágrimas têm que irrigar a indignação que hoje toma conta de estádios, de ruas, de lares, das famílias, das escolas e das igrejas. Quem sabe, o sacrifício do teu filho signifique o renascimento do tripé que suporta outros valores que não a barbárie.

Somos parceiros nessa dor. Em tempo: quando conversares com João Hélio, nos teus sonhos de mãe, diga-lhe que um menino alegre, feliz, bonito e inteligente como ele vai procurá-lo entre todos os anjos. Diga-lhe que eles têm muito em comum na inocência de criança.

Ele partiu há alguns anos, mas, nas minhas mais belas lembranças, continua o mesmo guri que me encantava a alma. Também partiu precoce, como todas as vítimas de algum tipo de violência. Diga-lhe que esse guri se chama Matheus. Eu já conversei com ele nos meus sonhos de pai. Um abraço fraterno, Senador Pedro Simon".

Esta carta me comoveu a ponto de lê-la no meu programa de televisão e a ponto de publicá-la no meu informativo de atividade parlamentar. Creio que o discurso - na verdade, não é tecnicamente um discurso, mas um desabafo de um coração que sabe o que é perder alguém em circunstâncias parecidas - dá-nos a dimensão do que estamos vivendo. Não podemos correr o risco de sermos mergulhados nesse líquido do torpor, nessa insensibilidade, a ponto de imaginar que tudo isso acontece fora das nossas portas, mas que, dentro dos nossos lares, estamos seguros. Ledo engano.

Se não trabalharmos para mudar essa realidade, o futuro do nosso País, que deixaremos para os nossos futuros familiares, será um verdadeiro caos. Já estamos vivendo esse caos.

Empresto a minha solidariedade também a essa demanda dos servidores públicos, a quem cumprimento na pessoa do Dr. Eduardo Cyrino Generoso. A greve dos Defensores é pelo cumprimento da Constituição Federal e da legislação aplicável à Defensoria Pública, sendo, pois, uma greve pela legalidade. Desde o ano passado, os Defensores Públicos não mais podem exercer a advocacia particular sendo carreira de Estado de dedicação exclusiva.

Não é justo que o Defensor Público receba remuneração quatro a cinco vezes inferior à do Promotor de Justiça e à do Juiz de Direito. Comentava o Deputado Bráulio Braz que isso é uma grande incoerência nesse reconhecimento de valores, na questão salarial. Não vai aqui nenhum palavra contra o que ganha o Promotor ou o Juiz. A Bíblia diz que digno é o trabalhador do seu salário. O trabalhador. Defendo que qualquer salário será sempre pouco para quem trabalha muito, e muito para quem trabalha pouco ou nada.

Um Defensor ganha R\$2.900,00 líquidos por mês, com dedicação exclusiva, enquanto os Promotores e os Juizes começam com R\$19.000,00. A incoerência é grande. Sabemos que o pleito é apenas que se cumpra a Constituição. Para isso, é preciso uma ação por parte do competente Governador Aécio Neves, qual seja encaminhar para esta Casa o projeto que regulariza a questão salarial.

O pleito dos Defensores é a fixação do subsídio nos mesmos moldes que o governo federal fixou o subsídio dos Defensores Públicos da União. Em virtude da greve, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio de resolução da sua corte superior, suspendeu todos os prazos dos processos afetos à Defensoria Pública, estando grande parte da Justiça mineira paralisada.

Se não valorizarmos os Defensores Públicos, não haverá quem defenda o cidadão carente, pois todos vão preferir ser Juizes ou Promotores. Várias comarcas do Estado estão sem Defensor Público. Dos 167 aprovados no último concurso, somente 100 ainda continuam na carreira, e, se não resolvermos a raiz do problema, qual seja a remuneração, não resolveremos o problema da defesa dos pobres, que não terão acesso à Justiça. Há quatro anos, os Defensores Públicos aguardam o envio do projeto de lei que fixa o subsídio da carreira. É preciso que sensibilizemos o Poder Executivo a enviar esse projeto, conforme previsto no art. 75 da Lei Complementar nº 65, de 2003.

E ainda há um problema pior: se essa situação não for resolvida, correremos o risco de um contingente muito grande de presos, que estão dependendo dessa assistência jurídica, após decorrido o tempo da sua prisão, voltar para a rua. No momento em que se discute segurança, isso nos preocupa bastante. Muitas pessoas que a sociedade deseja que estejam presas dependerão da ação efetiva dos Defensores Públicos para assim permanecerem. Obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Presidente, a Mesa, as Deputadas e os Deputados. Saúdo especialmente os Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais. Parabenizo-os pela presença constante na Assembléia Legislativa, demonstrando seu compromisso com Minas Gerais e com os mais pobres, fazendo uma Justiça que de fato se aproxime do cidadão. Estando aqui, eles nos alertam de que há uma legislação aprovada, chamando à responsabilidade esta Casa Legislativa, como nos chamou na legislatura passada quando aprovamos o subsídio mais que justo dos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais. Eles sentiram que esta Casa é sensível à questão. A Assembléia, como fez na votação do ano passado, faz hoje sua declaração de apoio.

No encontro que tivemos com a coordenação dos Defensores, disse que agora já não cabe apenas a sensibilidade da Assembléia, mas um posicionamento claro do Governador do Estado. Está na hora. A tarefa que nos cabia como Deputados naquela oportunidade cabe-nos também agora. Especialmente aos Deputados da base do governo, cabe abrir espaço na agenda do Governador ou de sua equipe para que a Defensoria Pública possa manifestar-se e ter o subsídio garantido para o Estado de Minas Gerais.

Deixo aqui esse registro. Acredito que este seja o momento, na Assembléia, de fazer essa solicitação e de abrir espaço junto ao Governador, para que ele atenda aos Defensores e faça cumprir a lei no Estado de Minas Gerais. Que seja uma lei a serviço dos mais pobres, da justiça e dos profissionais altamente qualificados que cumprem bem o seu trabalho nas várias regiões de Minas Gerais. Eles contam com o apoio da população que precisa desse atendimento e desse cuidado, principalmente dos nossos advogados e advogadas que estão a serviço da comunidade.

Portanto, apelo à base de governo: vamos levar a representação da Defensoria Pública ao Governador, para que ele possa posicionar-se definitivamente.

O Deputado Ademir Lucas - Quero reiterar o meu apoio à causa dos Defensores Públicos. Sou Defensor da Assistência Judiciária e da Defensoria Pública da Rua Goiás, da Rua Rio Grande do Sul e da Av. Augusto de Lima. Sou Defensor da época do José Francisco Machado, do José Martins Starling, do Arthur Orlando Diniz Castro, do Renato Zuppo, da Maria Elza de Campos, da Corizande Aparecida de Oliveira; da Leonor Maria de Castro e de tantos que, em seu tempo, procuraram elevar o nome da Assistência Judiciária.

Naquela época, Líder Elisa Costa, todas as carreiras jurídicas do Estado eram equiparadas. Depois foram saindo - já disse isso - os Procuradores Fiscais, por causa de sua incumbência; os servidores da Procuradoria-Geral do Estado, e até do Ministério Público do Estado, que se transformou em Poder.

Considero extremamente justa essa causa. Não darei apenas apoio aqui no Plenário. Tão logo se constitua essa comissão para ir ao Governador, ou para onde quer que seja, irei para defender, com argumentos, a razão da maior justiça e justiça dessa causa: no mínimo, a equiparação ao Ministério Público. Não é justo um membro da Defensoria Pública ganhar R\$4.000,00, e o seu contendor, com toda a estrutura, ter um piso de R\$19.000,00.

Deputada Elisa Costa, na semana passada, ouvi a defesa do Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil. Por que o Supremo e o Conselho Nacional da Magistratura apoiavam a proposta de que o teto do Supremo, de R\$24.500,00, passasse a valer também para os Desembargadores estaduais? O Presidente da Amagis disse: "São só 800 no Brasil". Podiam ganhar R\$24.500,00, porque são só 800. Pois é. Os Defensores Públicos que hoje ganham R\$4.000,00 são quantos? São apenas 400. E quantos são os Promotores que passaram a receber o piso de R\$19.000,00 aprovado nesta Casa na legislatura passada? Acredito que essa seja matéria de justiça. Portanto, apoio a causa não só aqui no Plenário. Não quero apenas fazer média com meus colegas. Se precisar ir ao Governador, irei. Não sou só da base do governo, sou do partido do Governador. Mas, em questão de justiça, acredito que não haja partidatismo: ou a causa é justa, ou não é. E essa causa é justa.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Ademir Lucas. Acredito que agora, de fato, tornaremos as propostas e as responsabilidades concretas para conseguirmos resultados mais positivos e que a lei seja cumprida.

Louvo a iniciativa de compormos uma comissão, junto com a Presidência desta Casa, para que a representação dos nossos Defensores possa dialogar com o Governador de Minas.

Quero abordar um assunto que também diz respeito a Minas Gerais. O segundo tema da nossa fala refere-se aos servidores de Minas Gerais de maneira geral. Tivemos aqui, na semana passada, a coordenação intersindical. Participaram desse encontro o Presidente da Assembléia, o Líder do Governo e o Deputado Carlin Moura, ouvindo as reivindicações de todas as categorias de servidores do Estado de Minas Gerais. A coordenação intersindical congrega servidores da segurança pública, da educação, da saúde, ligados à questão ambiental, ao Sindpúblicos - o movimento sindical, o sindicalismo dos servidores públicos. E apresentaram uma proposta, que já foi exposta ao Governador, a esta Casa legislativa, para que haja sensibilização em relação à remuneração, mas principalmente para que, de fato, a lei do plano de carreira, aprovada nos dois primeiros anos da legislatura anterior, e, em seguida, as tabelas salariais aprovadas aqui, ou seja, nos quatro anos do primeiro mandato do Governador Aécio Neves, sejam efetivamente cumpridas neste segundo mandato.

Os servidores reivindicaram o reposicionamento pelo tempo de serviço e pela escolaridade adicional, a ser implementado até junho de 2007, em um único instrumento. No segundo semestre do ano passado, conseguimos evitar que um projeto de política remuneratória, que, de certa forma, contrariava e tirava a legalidade do plano de carreira e das tabelas, fosse aprovado aqui. Passamos quatro anos trabalhando o plano de carreira e as tabelas, e, no segundo semestre, um projeto de política remuneratória praticamente torna ilegal o que foi construído, dizendo que só seria possível o enquadramento, o posicionamento na carreira, a progressão e a promoção, se houvesse recursos para garantir a possibilidade do plano de carreira.

Então, passamos quatro anos discutindo exatamente o quê, respeitando as categorias de Minas Gerais? Os servidores querem que esse enquadramento e posicionamento no plano de carreira ocorram e que a legislação por promoção garanta o grau da carreira, através das diversas legislações aprovadas, especialmente a progressão automática pelo desempenho, mas principalmente pelos estudos, pelos cursos e pelas especialidades dos servidores. Esse é o momento de pensar que a lei deve ser aplicada.

A segunda proposta apresentada pela coordenação intersindical dos servidores de Minas é garantir o atendimento efetivo de saúde pelo Ipsemg a todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Sabemos que hoje há um débito do Estado com o Ipsemg. É preciso reestruturar o atendimento à saúde para os servidores, no Estado de Minas Gerais, e ampliar esse atendimento, especialmente no interior. Temos recebido, de várias cidades de Minas, servidores cobrando do governo do Estado a ampliação do atendimento do serviço de saúde do Estado, o Ipsemg, que é, e sempre foi, defendido pelos servidores como um instituto que deve ser preservado, pela sua história e tradição. Hoje é preciso injetar mais recursos e ter mais compromisso com os servidores de Minas Gerais. Essa é a segunda reivindicação fundamental de todos os servidores públicos de Minas Gerais.

A terceira reivindicação refere-se ao atendimento das demandas específicas dos servidores dos diversos órgãos do Estado a serem apresentadas pelos sindicatos e pelas associações, incluída a fixação de uma data-base, único ponto positivo da lei apresentada no ano passado. O que se busca é a recuperação dos salários e das remunerações dos servidores.

É preciso garantir que cheguem à população políticas públicas bem atendidas e com bons resultados, como deseja o Governador. Todavia, para que haja resultados positivos, nossos servidores também precisam de salários mais dignos. As perdas não foram recuperadas ao longo de mais de 10 anos. Posso falar, especificamente no que se refere à categoria da educação, que há um ressentimento generalizado quanto à promoção da dignidade no trabalho e no salário.

Deixamos, em nome da Coordenação, um apelo para que ocorra diálogo com o Governo, por meio da Secretaria de Planejamento. Esperamos que, neste ano, as propostas sejam viabilizadas, que a legislação seja cumprida, que haja melhores condições de trabalho para os servidores e,

consequentemente, melhor política pública para a população.

Por fim, deixo meu apoio aos companheiros e às companheiras, trabalhadores do campo, que hoje estão acampados no Município de Governador Valadares, onde será construída a Usina de Baguari, obra destinada à geração de energia. Solicito cuidado com aqueles acampados, liderados pela Via Campesina. São necessários cuidados ambientais, sociais e culturais para com aquela população no momento da discussão do assunto e da implantação da usina.

O Deputado João Leite foi conosco a Aimorés, Resplendor e Itueta, razão por que sabe dos problemas ocorridos na implantação da usina de Aimorés. Quando forem construídas as barragens, deve haver indenizações e cuidados com nossa população ribeirinha, que é atingida do ponto de vista cultural e social. São necessários cuidados com a Via Campesina e com os diversos movimentos dos atingidos pelas barragens. Quem deseja a preservação deve zelar pela história, pelo salário e pela vida dessa população.

Deixo aqui nosso apoio e nossa solidariedade a todos os ribeirinhos, que poderão ser atingidos pela barragem. O movimento dos atingidos se organiza para, num primeiro momento, impedir a construção da barragem. Eles querem a garantia de seus direitos e de suas terras. Enfim, lutam pela sobrevivência. Recebam nosso abraço, nosso carinho e nossa defesa. Lutaremos juntos com os atingidos, de modo a garantir a dignidade de todos.

Parabéns, Defensores Públicos, pela coragem e pela presença aqui hoje.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, cumprimento e parabenizo os Defensores Públicos pela luta. Saúdo, ainda, todos os Deputados que me antecederam nesta tribuna e ressaltaram a luta dos Defensores Públicos. Hoje pelo menos os pensamentos dos Deputados direcionam-se a uma união, ou seja, estamos todos de comum acordo e lutando em defesa dos servidores públicos. Cumprimento ainda a oradora, Deputada Elisa Costa, pelo seu pronunciamento.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia, há cerca de 8 anos compartilho da luta dos servidores públicos de Minas Gerais em suas reivindicações. O advento da nossa Constituição cidadã, a Constituição da República de 1988, trouxe-nos grande esperança.

Qualquer brasileiro, ao iniciar a leitura de seus primeiros artigos, também sentirá a esperança da qual estou falando. O art. 3º, em seu "caput", diz: 'Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação'.

Um pouco mais adiante, encontramos o capítulo II, que trata dos direitos sociais. De acordo com o seu art. 7º, 'são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei'.

Em 1998 e em 2003, os legisladores federais, buscando o aperfeiçoamento do texto, bem como assegurar a questão do piso salarial e do teto, novamente alteraram a Constituição da República acrescentando novo texto, numa tentativa de solucionar os vários questionamentos, principalmente os referentes aos tetos salariais.

Vejamos como ficaram alguns incisos do art. 37: 'X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito e, nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo; o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo; e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos'.

Após fazermos a leitura dos artigos e incisos de nossa tão sonhada Constituição da República, imaginamos que agora eles estão muito melhores, pois todos estão sujeitos à lei em um Estado Democrático de Direito. Se todos temos direitos e deveres, inclusive as autoridades, basta cumprirmos o que determina a lei máxima de nosso país para termos nossas esperanças renovadas. Mas não é bem assim; a tensão entre o Texto Constitucional e a prática ainda é uma luta árdua, isso para os servidores públicos do nosso Estado, que há muitos anos carecem de valorização, necessitam muito ver essa mesma Constituição ser respeitada.

Enquanto, todos os anos, os servidores públicos de Minas Gerais lutam em busca de um salário mais justo, capaz de atender suas necessidades vitais básicas, como moradia, alimentação, transporte, vestuário, saúde, higiene, educação e tantas outras que qualquer ser humano tem, para outras categorias de servidores não é necessária tanta luta.

Para melhor balizar nosso assunto, e por uma questão lógica, citarei exemplos de alguns servidores. Tomamos por base um Agente de Polícia Civil, um Soldado da Polícia ou do Corpo de Bombeiros Militar, que, em Minas Gerais, em início de carreira, recebe do Estado um piso salarial de R\$1.333,90. Quando esse valor é convertido em salário mínimo, corresponde a 3,8 salários. Um Coronel ou Delegado-Geral de Polícia, no final de carreira, ou seja, com 30 anos de serviço, recebe R\$8.215,49, o que corresponde a 23,4 salários mínimos.

E aí buscamos, em outros servidores e agentes políticos, dados para a nossa comparação. Pois bem: o Policial Rodoviário Federal, apesar de lhe ser exigido o mesmo grau de escolaridade do Agente de Polícia Civil, do Soldado da Polícia ou do Bombeiro Militar, em Minas Gerais, recebe, desde a vigência da Lei nº 11.358, de junho de 2006, no início da carreira, R\$ 5.084,00, ou seja, quase quatro vezes mais que um Soldado da Polícia Rodoviária Estadual. Se as exigências para ingressar nas corporações são equivalentes e ambos exercem basicamente a mesma função, será que a vida do homem que patrulha as estradas estaduais vale tão menos assim que a do que patrulha as estradas federais?

Estamos diante de um quadro lamentável: o salário dos policiais mineiros está no 16º lugar no "ranking", entre os Estados e o Distrito Federal.

Mas o absurdo não pára por aí: enquanto em Minas os servidores da segurança pública trabalham arduamente - nos últimos quatro anos, mais de 100 morreram em serviço ou em razão deste -, do outro lado do serviço público não é bem assim. Recentemente, fui mais uma vez surpreendido com matérias em diversos jornais de circulação nacional, precisamente no dia 6/3/2007, com a seguinte matéria: "Conselho Nacional de Justiça libera pagamentos superiores a R\$ 24.500,00 em Tribunais de Justiça. Os salários dos Juizes dos Tribunais de Justiça de São Paulo, de Minas Gerais, do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul serão pagos no valor do teto dos Ministros do STF, ou seja,

R\$24.500,00. Convertidos, receberão o equivalente a 70 salários mínimos.

No Tribunal de Contas do Estado e no Ministério Público, também pagam algo bem próximo. O subteto dos Estados é R\$ 22.111,00, o que equivale a 63 salários mínimos.

Novamente, remeto-me à nossa Carta Magna, a Constituição de 1988, Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;"

Não é preciso explicar muito! Hoje há uma casta de servidores públicos, chamados membros do poder ou agentes políticos, que não recebem inicialmente um piso salarial, mas, sim, o teto salarial pago aos mais altos cargos do STF.

Será que o salário do Juiz, do Promotor, em início de carreira, pode ser tão maior que o de um policial? Qual foi a forma de avaliar a importância dessas três carreiras? Por que o policial não recebe, como determina o art. 7º, V, da Constituição Federal - piso salarial proporcional à extensão e a complexidade do trabalho? Será que a complexidade e a extensão do trabalho de um Juiz, de um Promotor de Justiça, de um Conselheiro do Tribunal de Contas podem permitir uma diferença tão aviltante em relação ao salário de um policial militar ou civil?

Como já disse, um Coronel da Polícia Militar e um Delegado-Geral de Polícia, após 30 anos de carreira, hoje recebe R\$ 8.215,49, exatamente um terço do que recebe um Juiz com o mesmo tempo de serviço. Já disse isso desta tribuna e volto a repetir: não é razoável, e muito menos justo, uma diferença salarial que causa em todos uma indignação inexplicável.

Há oito anos, exerço o mandato de Deputado Estadual nesta Casa e venho alertando os meus colegas Deputados e Deputadas para o fato de que o fosso salarial que separa essas carreiras vem, a cada ano, ficando mais insuportável. Como explicar essa diferença a um policial que está nas ruas, no enfrentamento das mazelas sociais cotidianamente, e que, para todos os problemas, ele é o primeiro contato com o Estado?

A Lei de Responsabilidade Fiscal é sempre lembrada pelos governantes para dizer que não há como conceder um reajuste melhor a esses servidores. Por outro lado, não vejo essa cobrança quando se trata de reajuste salarial ou de equivalência salarial para os membros dos Poderes ou para os agentes políticos.

Novamente faço algumas indagações. Para reajustar, em 2005, o salário dos Promotores, Procuradores, Juizes, Desembargadores e Conselheiros do Tribunal de Contas, alguma autoridade fora questionada se havia recurso financeiro suficiente? Alguém questionou se o aumento era legal e, mesmo que fosse, será que era moral? Alguém viu alguma dessas autoridades fazer greve, anunciar paralisação do serviço para conquistar reajustes astronômicos? Alguma autoridade dessas carreiras foi demitida ou destituída de cargo em face de suas reivindicações? Quero, ainda, lembrar que em 2004, quando as entidades representantes dos servidores da segurança pública lutavam por um reajuste salarial para a classe, receberam uma notificação da justiça de primeira instância para solicitarem aos servidores que retornassem ao trabalho. Caso contrário, receberiam multas diárias de R\$100.000,00. Estamos chegando a uma época em que não dá mais para tapar o sol com a peneira. Não há como deixar de enxergar o tamanho da disparidade salarial que campeia o nosso Estado. Como o servidor policial pode ter a tranqüilidade de conduzir uma ocorrência ou um inquérito policial sabendo ser ele tratado com tamanha diferença e desigualdade pelo mesmo Estado, que, do outro lado, trata a casta de forma tão benevolente?

Nossas esperanças precisam ser renovadas. É necessário que possamos confiar em nossa Constituição da República; é necessário que possamos confiar em nossas autoridades constituídas, afinal o chamado contrato social ainda não fora revogado. Por último, estaremos atentos, acompanhando, como sempre, a evolução salarial das castas de servidores que não precisam sair às ruas em passeatas, bastando apenas fazer uso de uma caneta.

Espero que o Governador Aécio Neves não permita mais essa gigantesca diferença salarial, na qual um Coronel, Comandante-Geral da Polícia Militar, ao final de carreira, e um Delegado-Geral, Chefe de Polícia Civil, após 30 anos de serviço, recebam ambos um salário de R\$8.215,49. São eles responsáveis por instituições com 40 mil e 11 mil policiais, respectivamente, e é um absurdo que continuem recebendo um terço do que recebe hoje um Juiz de Direito, também com o mesmo tempo de serviço.

Para podermos fazer uma comparação mais afinada, deixo aqui alguns números. Fiz um recorte dos dados que coletei em recente pesquisa comparativa, feita em nível nacional, em relação aos salários das polícias militares, mas há uma forte semelhança no que acontece com os salários das polícias civis: o salário de um Coronel e de um Soldado da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, no final de carreira, está hoje no 16º lugar entre os 27 entes da Federação; no final de 2002, o salário de um Soldado da Polícia Militar e de um Detetive, hoje chamado de Agente de Polícia Civil, era de piso inicial de R\$1.000,00 e, à época, correspondia a cinco salários mínimos. Passados mais de quatro anos, hoje o piso é de R\$1.333,90 e corresponderá, no próximo mês de abril, a exatos três salários e meio. Após vermos e compararmos tais dados, não podemos permitir tamanha injustiça com esses trabalhadores que arriscam a própria vida para proteger a nossa. Portanto quero alertar as autoridades de nosso Estado que, neste momento, os servidores da segurança pública iniciam uma nova campanha de reivindicação salarial e que precisam sentar à mesa para negociar com o governo. Nesse aspecto, solicito ao Governador Aécio Neves que, de forma democrática, possa construir, por meio do diálogo, o consenso, abra as negociações com os servidores e trate o assunto de forma madura e transparente. Minas vive um momento importante em sua história. Sou testemunha de que já avançamos muito e de que os rumos firmes que foram traçados na área de segurança pública precisam continuar. É um trabalho longo, e sei que o governo está na direção correta. Muito já foi feito, mas ainda falta o mais importante: cuidar do ser humano policial. Falta a valorização do servidor da segurança pública! E isso passa, objetiva e inicialmente, pelo pagamento de um salário digno. Portanto espero que o Governador Aécio Neves, com sua visão de estadista, mais uma vez acolha as reivindicações dos servidores, estabelecendo uma política salarial para os próximos quatro anos.

Com a palavra, o Governador Aécio Neves, para equilibrar as diferenças, pois, afinal, os grandes estadistas conseguem sentir as pulsações do conjunto da sociedade. São eles que fazem a diferença em momentos difíceis de nossa história. Somente, assim, para renovarmos nossas esperanças.

Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa. a paciência e dizer que, de igual forma, de igual tamanho, e com a mesma veemência, também apoiamos a luta dos Defensores Públicos do nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, senhoras e senhores telespectadores da TV Assembleia, faço uso desta tribuna para também manifestar, mais uma vez, em nome da Bancada do PT, o nosso apoio aos Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais. Sabemos do papel relevante e da importância que essa categoria desempenha em todo o Estado. Fazemos, assim, coro com todos os que manifestaram apoio a essa reivindicação.

Considero tão importante o trabalho dos Defensores Públicos que, quando fui Prefeito na minha querida cidade de Paracatu, nos idos de 1997, 1998, tínhamos uma presença muito tímida dessa categoria, e, então, tivemos a oportunidade de criar a Defensoria Pública Municipal. Realizamos um concurso público, dotamos a instituição de vários Defensores Públicos municipais, que, ainda hoje, se associam ao trabalho da Defensoria Pública Estadual. Assim, a Defensoria Pública Municipal de Paracatu vem trabalhando muito, de forma complementar, para o auxílio da população local.

Registro também, Sr. Presidente, que ontem estive na Capital federal, reunido com o Sr. Jonas Paulo, Diretor de Revitalização da Codevasf. Trata-se de uma diretoria nova, constituída para fazer frente à necessidade de revitalização do São Francisco. Essa empresa, com o papel e com a importância que tem, não poderia deixar de colaborar e participar ativamente desse trabalho.

Reivindicamos, assim, uma unidade da Codevasf no Noroeste de Minas. Os senhores e as senhoras sabem que o Rio Paracatu é o maior contribuinte individual do São Francisco. Infelizmente, depois de tantos anos de existência da Codevasf, nem a Bacia do Rio Paracatu nem a Bacia do Rio Uruçuia, dois grandes contribuintes da margem esquerda do Rio São Francisco, recebem substancialmente a colaboração da Codevasf, tampouco contam com a sua presença nas várias frentes de atuação da empresa, particularmente na bacia mineira.

Acreditamos que é importante a colaboração de Minas Gerais para a Bacia do Rio São Francisco. Precisamos, e não só nessa região, repensar e rediscutir a aplicação dos recursos da Codevasf em Minas Gerais. Iniciamos este debate e queremos aprofundá-lo, com os colegas Deputados da Assembléia de Minas, em um momento oportuno.

Neste momento gostaria de convidar o Deputado Carlin Moura para manifestar-se.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Almir Paraca, agradeço o aparte. Em nome do PCdoB, gostaria de registrar a nossa solidariedade aos Defensores Públicos em greve. A greve deles demonstra o sentimento geral dos servidores públicos em Minas Gerais; transmite o lado mais realista e talvez o mais cruel do choque de gestão do governo Aécio Neves.

Hoje, o Defensor Público em Minas Gerais ganha a 3ª pior remuneração do País. Sessenta por cento das comarcas em Minas Gerais não possuem a assistência da Defensoria Pública, por falta de Defensores. Nos últimos sete anos, não tivemos concurso público para o cargo de Defensor Público. E ainda, dos 167 Defensores aprovados no último concurso, 20 deles nem sequer tomaram posse, em virtude dos baixos salários, e 40 deixaram o cargo, porque a remuneração é aquém para essa laboriosa categoria.

Nobre Deputado Almir Paraca, para V. Exa. ter noção do que estamos falando, Minas Gerais possui 500 Defensores Públicos, com uma remuneração de 11 salários mínimos. Em 1998, tínhamos 728 Defensores Públicos com a mesma remuneração. Essa é a marca do choque de gestão, que corta justamente em cima do servidor público. A quem interessa um Estado que não consegue prestar o serviço público mais elementar e mais basilar que existe? A quem interessa um Estado que realiza um choque de gestão, mas, quando precisa de um Defensor Público, não pode tê-lo, pois o Estado e o poder público não garantem esse direito sagrado, constitucional e indispensável ao exercício da cidadania?

Então, quero registrar a nossa solidariedade aos Defensores Públicos. Neste momento, não basta apenas a boa intenção desta Casa, precisamos de atitude. O governo Aécio Neves precisa urgentemente tomar uma atitude para recebê-los em audiência, precisa apresentar uma proposta concreta, pois é o povo sofrido - ou seja, a camada mais excluída da população - que está desassistido. Precisamos e exigimos que o Governador Aécio, com seu espírito democrático, receba os Defensores Públicos e a comissão desta Casa em audiência.

Queria aproveitar a oportunidade concedida por V. Exa. para fazer outro relato, que considero de profunda gravidade, de algo ocorrido em Minas Gerais. Na semana passada, na sexta-feira, fui convidado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Betim para ir a uma fábrica de produtos eletroeletrônicos, de capital americano, localizada nesse Município. Essa fábrica produz impressoras para computadores e, segundo seus donos, chama-se Jabil (pronuncia-se "djêibil") do Brasil. Segundo seus funcionários, a partir do movimento deles, foi decidido, em assembléia, que passaria a chamar Jabil - num claro e correto português: "j - a - b - i - l" do Brasil.

Nobre Deputado Paraca, essa fábrica tem quase 1.700 trabalhadores, 90% mulheres. Na quinta-feira, à noite, foi deflagrada uma greve de caráter econômico, porque a empresa havia assinado um acordo de participação de lucros e resultados, no entanto, a empresa estava pagando de 32% a 55% dos valores acordados. Os trabalhadores também reivindicavam a equiparação salarial e o excesso de horas extras; todavia, além do não-cumprimento do acordo - pasmem os senhores! -, as trabalhadoras também denunciavam o assédio moral por parte da chefia dessa fábrica. Coisas absurdas vêm ocorrendo no interior da fábrica. Um tratamento desumano dado às trabalhadoras, o qual temos até vergonha de relatar. Um exemplo é a recusa de atestado de gravidez, com indelicadas piadinhas feitas pelo chefe. As trabalhadoras estavam indignadas. A paralisação durou três dias: quinta, sexta e sábado.

Gostaria de registrar também, Deputado Paraca, a presença de um contingente excessivo da Polícia Militar na porta da fábrica. Enquanto no sábado, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, registrávamos 14 homicídios até às 19 horas, na porta da fábrica permaneciam de 12 a 21 viaturas da Polícia Militar. Devo ressaltar que não estou fazendo uma reclamação dos policiais militares, os que estão na linha de frente, mas da política de governo em relação ao movimento sindical, à liberdade sindical, à liberdade de os trabalhadores se organizarem e fazerem assembléias livremente. A fábrica está em uma das regiões mais violentas de Minas Gerais, à beira da BR-381, e está cercada por bairros muito populosos, onde a população carente sempre demanda serviços da Polícia Militar. Enquanto a Polícia Militar está na porta da fábrica, muitos trabalhadores estão sendo assaltados do lado de fora. Quando estive na portaria da fábrica, cheguei a ouvir um chamado do Bairro Citrolândia a uma viatura militar que estava ali parada, mas o policial informou que não poderia se deslocar até lá porque estava em outra missão. Registro novamente que se tratava de uma missão deliberada por uma política de governo. Não podemos permitir que a Polícia Militar seja utilizada para reprimir movimentos sindicais, movimentos de trabalhadores.

Por isso, Sr. Presidente, hoje protocolizei um pedido de audiência pública na Comissão do Trabalho, para esclarecermos o assédio sexual dentro da empresa, o abuso que a empresa tem cometido contra os seus trabalhadores, a recusa da empresa de comparecer perante a DRT para negociar os direitos dos trabalhadores. Aliás, devemos esclarecer, Deputado, que essa empresa foi para Betim há três meses porque recebeu uma série de incentivos da Prefeitura, do Município, do nobre Prefeito Carlaile Pedrosa, mas não está fazendo jus aos benefícios concedidos pelo povo de Betim e está desrespeitando especialmente as trabalhadoras.

Estou dirigindo também um ofício ao Governador do Estado Aécio Neves pedindo que demonstre à sociedade mineira que tem compromisso com a democracia e com a liberdade sindical, recebendo a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim para discutirmos a participação da Polícia Militar nos eventos sindicais e nas assembléias de trabalhadores em portas de fábricas.

Tenho a certeza de que o Governador Aécio Neves demonstrará seu caráter democrático ao receber a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, pois não podemos dispor da gloriosa Polícia Militar para reprimir trabalhadores e especialmente trabalhadoras na porta da fábrica.

Agradeço a V. Exa. o espaço concedido a mim e peço desculpas por adentrar muito em seu tempo. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Deputado Carlin Moura, quero fazer coro com suas manifestações. Venho também do movimento sindical bancário e sei da importância da mobilização, da organização. A greve foi o último recurso que as categorias citadas pelo nobre Deputado encontraram para fazer valer seus direitos.

Para finalizar, gostaria de fazer um registro e trazer ao conhecimento de todos a preocupação não só da comunidade de Paracatu, como também de todo o Noroeste de Minas, com o fechamento do distrito da Copasa naquela região, que precisamos conhecer melhor em Minas Gerais. Discutimos, nas semanas passada e retrasada, a questão das concessionárias da Copasa, e veio à baila - e foi vastamente investigada, avaliada e discutida nesta Casa - a importância da empresa no Estado. Sabemos que, quando se retira uma unidade como o distrito da Copasa de uma região pobre, carente e desassistida, com pouca presença do governo do Estado, se comparada a outras, isso significa uma subtração muito grande. Estamos aqui para manifestar todos os esforços de interlocução junto ao governo para recuperar e preservar o distrito da Copasa em Paracatu, que cobre toda a ação da empresa no Noroeste de Minas. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, senhores presentes nas galerias, Sras. e Srs. Defensores Públicos, em meu nome e no do partido que represento, o PHS, que comemora seus 10 anos de existência, quero manifestar nossa solidariedade e dizer que todas as iniciativas que buscarem a justiça e lutarem contra a desigualdade têm o apoio do nosso partido.

Por outro lado, acredito plenamente na índole, na conduta, na intenção reta do nosso querido Governador Aécio Neves. Sei de sua sensibilidade em todas as ocasiões e para com todas as classes. Ele não está alheio a essa reivindicação.

Sr. Presidente, coube a mim, no dia de hoje, ocupar esta tribuna com a honrosa missão de homenagear o PHS - partido do qual sou Vice-Presidente Estadual e que, no corrente mês, completa 10 do anos de existência. E, enquanto aqui estou, acontece simultaneamente em Brasília uma convenção nacional do Partido Humanista da Solidariedade.

À luz do humanismo integral enraizado nos ensinamentos do pensamento social cristão, cujos princípios fundamentais são a inalienável dignidade da pessoa humana, a primazia do bem comum, a destinação universal dos bens, a primazia do trabalho sobre o capital, a subsidiariedade e a solidariedade, criou-se, no ano de 1995, o Partido Humanista da Solidariedade - PHS.

Em 20/3/1997, foi registrado, pelo TSE, ganhando, a partir desse momento, o direito de interferir oficialmente na política nacional.

Hoje é Presidente desse partido, em Minas Gerais, um de seus fundadores e conhecido de todos, o Deputado Federal Miguel Martini, brilhante parlamentar nesta Assembléia Legislativa durante três mandatos consecutivos. Completam a atual comissão executiva do PHS no nosso Estado: quem lhes fala, na condição de Vice-Presidente; Cláudio Maciel, na Secretaria Geral; Wanderley Leite, na Tesouraria, e Daniel Rocha, vogal.

Se hoje festejamos 10 anos da oficial existência do PHS, na verdade, estamos comemorando 12 anos de intenso trabalho, pois, a sua promoção e a sua organização realmente se iniciaram no começo do ano de 1995. Ao comemorarmos estes primeiros 10 anos de oficial existência, queremos, em primeiro lugar, homenagear os homens e as mulheres que tiveram a feliz iniciativa de fundar esse instrumento partidário, inspirado nos princípios angulares do humanismo cristão. E foi precisamente o da solidariedade que inspirou a sua denominação - Partido Humanista da Solidariedade - PHS.

Parabenizamos toda a militância solidarista nacional por ter abraçado a nobre causa de servir o povo brasileiro, tantas vezes protelado, esquecido e manipulado por alguns que abraçam a política em função de interesses particulares. Nesta homenagem, limitar-me-ei a levantar apenas alguns nomes dos seus fundadores. São muitos, mas, como em toda iniciativa, alguns e algumas deram o primeiro passo. Contando com o apoio de muitos, na maioria dos Estados, os que ousaram a dar os primeiros passos foram: Lúcia e Philippe Guedon, Indalécio Giraldez e Sady Bogado, do Estado Rio de Janeiro; Francisco Caminha, do Estado do Ceará; Walter Viana e Emerson Nerone, do Estado do Paraná; Francisco de Assis Nascimento, do Estado do Espírito Santo; Israel Testa, Luiz Cláudio Barbosa de Oliveira e José Maria da Costa, de Brasília; Carlos Eurico, do Estado de Goiás; Maria Cecília Duarte, Deputado Miguel Martini, Félix Rivera e muitas outras pessoas, de reconhecido prestígio, do Estado de Minas Gerais. Ao pioneirismo de todos eles e de muitas outras pessoas, cuja lista seria interminável, deve-se a existência do nosso PHS. Para todos esses nomes citados, o nosso reconhecimento e a nossa admiração. Parabéns, queridos irmãos co-partidários!

Sinto-me honrado de fazer parte do PHS, por nele acreditar. Participei, com o Deputado Miguel Martini, do início da criação do partido e, ao conhecer o seu estatuto e a sua ideologia, encantaram-me a originalidade e a radicalidade aos princípios da doutrina social cristã.

Aproveitando desta especial circunstância comemorativa, Sr. Presidente, queremos convidar todos os militantes a renovar o nosso compromisso de continuarmos firmes na luta, fiéis aos nossos valores e princípios e, com renovado esforço, seguirmos em frente, pelo bem comum e pela felicidade do nosso povo brasileiro. Queremos dizer, mais uma vez, a toda nossa militância estadual e nacional que aqui estamos para servir, e não para sermos servidos.

Aproveito a ocasião para, por meio da TV Assembléia, convidar os que fazem parte da nova geração, sobretudo aqueles ligados à Renovação Carismática Católica, a Família Canção Nova, espalhada por todos os rincões do Estado de Minas Gerais, a se filiar ao PHS. O partido tem como pedra fundamental a doutrina social da Igreja, que luta de maneira preferencial pelos pobres, pela vida e pela dignidade humana; luta contra toda cultura de morte, contra todo e qualquer atentado à vida do ser humano, da sua concepção aos seus últimos dias de vida.

Queremos dizer, mais uma vez, que aqui estamos para servir. E, nesse intuito, também renovamos a nossa vocação de poder, dizendo que, à luz da ética, lutaremos com todo vigor para conquistar cada vez maior espaço, em todas as instâncias onde se gerencie o bem comum.

Temos a obrigação de assim fazê-lo, a fim contribuir, com determinação, para a realização dos sonhos do nosso povo. Já vencemos duras batalhas, como a anti-democrática cláusula de barreira, e, junto a ela, a enorme pressão dos grandes partidos visando pulverizar os pequenos, pois, isso lhes permitiria repartir, só entre eles, o bolo do fundo partidário.

Confiamos na inconstitucionalidade da tal cláusula de barreira e não nos detivemos na tarefa de continuar nos organizando e crescendo. Assim, não estamos comemorando 12 anos de espera de braços cruzados, de existência esperançosa sem fazer nada, mas 12 anos de luta, de muito trabalho e de muita garra.

Por isso, essa é uma comemoração meritória e com muito sabor de triunfo. Por tudo isso, com renovado entusiasmo e, reafirmados na fé, estamos nos preparando para novos e maiores desafios, na firme convicção de que para isso viemos e na certeza de que novas e maiores vitórias nos aguardam.

Daremos prioridade à formação dos quadros de que precisamos, para servir à sociedade com eficácia e eficiência, bem como para conduzir e cuidar do crescimento e desenvolvimento institucional do nosso partido em todos os níveis de sua organização e funcionamento, a par de tentarmos ocupar espaços políticos cada vez maiores, na perspectiva de conduzir o nosso povo para destinos melhores.

Em face da seriedade com que assumimos o nosso papel político e diante dos desafios que haveremos de enfrentar para transformar a sociedade, é claro que devemos ter quadros idôneos e suficientes para as diversas funções públicas que o povo queira nos confiar, seja como Prefeito, seja como Vereador, seja como funcionário nas administrações municipais, a partir do ano 2009, e, obviamente, a partir do ano 2011, também nas administrações públicas estaduais e federal. Assim, nas eleições municipais do próximo ano, lançaremos candidatos próprios para Prefeito e Vereador em todos os Municípios, a começar pela Capital do nosso Estado.

Senhores, com essa motivação e com a firme determinação de continuar conquistando vitórias, neste momento, está se realizando, em Brasília, a Convenção Nacional do meu partido, o PHS.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Colega de profissão com muita honra, pois, para minha alegria, temos mais um colega médico-veterinário nesta Casa. Acima de tudo, o Deputado Eros Biondini chega com o vigor de suas idéias e espírito humanista. Sabemos de seu perfil, de sua história pessoal e, permito-me dizer, familiar - dado o carinho que tenho pelo seu pai. Logo, conhecemos valores que o inspiraram a enveredar pelos caminhos da política e sabemos que são, acima de tudo, humanistas, cristãos e dedicados a servir nossa comunidade.

Neste aparte, cumprimento o PHS e naturalmente ressalto a importância de termos um partido com o compromisso ético em sua formação. São 10 anos de história. Nesta Casa, convivi com um grande Líder do PHS, o Deputado Miguel Martini, em quem observei o mesmo perfil que norteia as ações de V. Exa.: o compromisso com a ética e as causas sociais e, acima de tudo, a defesa dos interesses do povo mineiro. É grande aliado do Governador Aécio Neves, mas, ao mesmo tempo, quando necessário, um construtor do entendimento, trazendo críticas e sugestões para aperfeiçoar projetos de lei.

Não tenho dúvidas de que V. Exa. trilha esse caminho: o de ser um parceiro e leal companheiro da base do Governador.

Mas V. Exa. o faz com a independência necessária para trazer suas contribuições na linha que o PHS representa dentro da estrutura democrática do País. Permito-me expressar também, em nome do PSDB, nosso desejo de continuar convivendo harmoniosamente. A diversidade partidária é fundamental na democracia. Sob o pretexto de fazer a reforma política, a qual defendo, não podemos criar obstáculos para que as pessoas se organizem em partidos políticos. É preciso estabelecer regras claras para que haja fidelidade partidária e compromisso com o eleitor, o qual deverá ser cumprido após as eleições. Mas é importante a sobrevivência de diversas agremiações partidárias para que haja exercício democrático e espaço para as mais diversas idéias.

Portanto deixo registrados meus cumprimentos ao PHS na pessoa de V. Exa. e, mais uma vez, minha alegria em tê-lo como colega na Assembléia Legislativa, além de sermos colegas de profissão. Obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Agradeço a V. Exa. as palavras sempre de ânimo, entusiasmo e carinho.

O Deputado Almir Paraca (em aparte) - Caro Deputado Eros Biondini, cumprimento-o por seu pronunciamento e sua postura nestes poucos dias de convívio no Plenário e nas comissões, em que venho acompanhando suas atividades e posições assumidas na Assembléia. Gostaria também de fazer referência ao PHS. Tive oportunidade de participar como assistente do I Congresso Nacional do PHS e fiquei muito sensibilizado e interessado. Desde então acompanho a vida do partido. Acredito que as posições humanistas que o PHS defende, as quais orientam as atitudes dos seus Deputados, são muito importantes e enriquecem o cenário da política em Minas Gerais e no Brasil. Desejamos vida longa ao PHS, que se constitua como uma força cada vez mais significativa, trazendo para a política nacional todo o ideário do humanismo cristão, de que necessitamos muito, para ajudar a promover as transformações que a sociedade brasileira tanto reclama. Obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Obrigado. Suas palavras muito me engrandecem.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Deputado Eros Biondini, também gostaria de saudar V. Exa. e o PHS pelos 12 anos de existência e pela grande contribuição à nossa sociedade. V. Exa. sabe da minha amizade pelo Deputado Miguel Martini e da minha admiração por esse grande líder, por tudo que representou para esta Casa e para o povo de Minas Gerais. Tenho acompanhado, no início desta legislatura, que V. Exa. segue rigorosamente os pensamentos cristãos que o Deputado Miguel Martini defendeu com tanto vigor nesta Casa. Uma defesa incondicional da família, tão atacada nestes dias. Uma defesa incondicional da vida é o que tenho acompanhado no trabalho de V. Exa.

Portanto quero fazer a saudação a V. Exa., lembrar o Deputado Miguel Martini e saudar o PHS como agremiação importantíssima para a democracia no País. Parabéns!

O Deputado Eros Biondini - Obrigado. Retribuo com minha admiração por V. Exa., que sempre norteou meus pensamentos políticos por sua integridade e defesa incondicional da vida e da família.

Queremos nos unir àqueles que estão lá em Brasília, na Convenção do PHS. São pessoas de vários Estados que estão reunidas para festejar essa importante data. Não pude estar nessa convenção por causa dos compromissos nesta Casa, pela importância dos temas que hoje nos incumbem.

Se V. Exa. me permitir, quero aproveitar para dizer que, apesar de o partido ser considerado pequeno, ele prima pela fidelidade aos seus princípios ideológicos, à moral, à ética e à honestidade. Quero também deixar uma palavra de lamento não apenas aos outros partidos, que, porventura, sujeitam-se a servir de partido de aluguel, mas também às lutas veementes contra os partidos pequenos, que, apesar de serem ainda novos, têm sólida ideologia e princípios fundados na doutrina social cristã. No meu entender, o que está faltando ao nosso país é um amor despojado, que busque o interesse do outro e não os seus próprios. Só assim conseguiremos que a justiça e a paz se abracem.

Convido os nobres Deputados presentes - o Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, Deputado João Leite, Deputado Carlin Moura e Deputado Gustavo Valadares - a nos acompanhar, na quinta-feira, à Colônia Santa Isabel, em Citrolândia. Há alguns anos, desenvolvo um trabalho social junto à Comunidade Mundo Novo, da qual sou fundador.

A partir de uma visita que lá fizemos em prol dos hansenianos, queremos levar esta Casa a conhecer melhor essa realidade. Portanto, repito: na próxima quinta-feira, às 15h30min, estaremos lá na colônia, oficialmente representando a Comissão de Participação Popular. Os Deputados que quiserem nos acompanhar nos darão grande alegria. Obrigado, Presidente.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/3/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando Wilma Rodarte Félix de Oliveira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

nomeando Camilo dos Santos para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Wilma Rodarte Félix de Oliveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Camilo dos Santos do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ruy Muniz

exonerando Antonino Neves Sobrinho do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Márcia Maria Barros Moreira para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

nomeando Carmen Teresa Lopes Alves para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2007

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2007

Objeto: contratação de empresa de engenharia para proceder reforma em área do 1º Subsolo do Palácio da Inconfidência.

Licitantes habilitadas: 1 – CBR Construtora Ltda.; 2 – CPM Engenharia e Construções Ltda.; 3 – Esquadra Engenharia Ltda.; 4 – Construtora Mega Ltda.; 5 – Paineira Engenharia Ltda.; 6 – Reitec – Impermeabilização e Construção Ltda. e 7 – Porto Seguro Engenharia Ltda.

Belo Horizonte, 26 março de 2007.

Rosângela Alves Ferreira, pregoeira.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2006

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/3/2007, na pág. 70, col. 2.